

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

## **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 10**

### **INCLUSÃO SOCIAL NO CEARÁ: UM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

Marcos Costa Holanda  
Antônio Lisboa Teles da Rosa  
Cláudio André Gondim Nogueira  
Annúzia M. P. M. Gosson  
Virgínia Dantas Soares Teixeira

Fortaleza-CE  
Novembro/2003

Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Lúcio Gonçalo de Alcântara - Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Francisco de Queiroz Maia Júnior - Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda – Diretor Geral

Jair do Amaral Filho – Diretor de Estudos Setoriais

Antônio Lisboa Teles da Rosa - Diretor de Estudos Sociais

A Série Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), tem como objetivo a divulgação de trabalhos elaborados pelos servidores do órgão, que possam contribuir para a discussão de diversos temas de interesse do Estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed.:SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 488.75.07 / 488.76.54

Fax: (85) 488.75.64

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

[ipece@ipece.ce.gov.br](mailto:ipece@ipece.ce.gov.br)

## **SINOPSE**

Este artigo discute e aplica uma metodologia para avaliar os níveis de desenvolvimento social do Ceará e de seus municípios no escopo da implementação do seu Sistema de Inclusão Social. O desenvolvimento social é analisado aqui se considerando dois aspectos básicos, a oferta de serviços públicos na área social e indicadores de resultados. Para cada um desses aspectos, propõe-se um índice sintético que contempla cinco dimensões fundamentais: educação, saúde, condições de moradia, emprego e renda, e desenvolvimento rural. De posse dos cálculos desses índices é, então, possível identificar qual é o impacto da oferta sobre os resultados. A metodologia utilizada torna, também, possível o estabelecimento de metas gerais e específicas de inclusão social que visam, em última instância, a melhoria das condições de vida da população cearense. Finalmente, o artigo discute ainda o papel dos atores envolvidos neste processo e a possibilidade de elaboração de um sistema amplo de acompanhamento e avaliação de políticas públicas na área social que é fundamental para aperfeiçoar a inclusão social no Ceará no longo prazo.

## **ABSTRACT**

This paper discusses and applies a methodology to evaluate the levels of social development in the State of Ceará and its municipalities in the scope of the implementation of its Social Inclusion System. Social development is analyzed here considering two basic aspects, the supply of public social services and result indicators. For each of these aspects, it is proposed a synthetic index contemplating five fundamental dimensions: education, health, living conditions, employment and income, and rural development. Based on the calculations of these indexes, it is possible to identify the impact that supply factors have over the results achieved. The methodology used also allows the establishment of general and specific social-inclusion goals that ultimately aim to improve the living conditions of the people in Ceará. Finally, this paper discusses the role of the actors involved in this process and the possibility of the elaboration of an ample public policy evaluation system that will be fundamental to enhance social inclusion in Ceara in the long run.

## SUMÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO, 7
- 2 FUNDAMENTAÇÃO BÁSICA, 8
- 3 MENSURAÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL, 10
  - 3.1 Por que mensurar a Inclusão Social?, 10
  - 3.2 Como mensurar a Inclusão Social?, 10
  - 3.3 Quais os principais tipos de índices existentes?, 11
  - 3.4 Quais os tipos de indicadores que serão aqui utilizados?, 12
  - 3.5 Quais as dimensões que serão trabalhadas?, 14
- 4 OS INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL, 14
  - 4.1 O Índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R), 15
  - 4.2 O Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O), 21
  - 4.3 O tratamento estatístico dos indicadores, 27
- 5 RELAÇÕES ENTRE OFERTA E RESULTADOS, 28
- 6 RESULTADOS INICIAIS, 31
  - 6.1 Algumas considerações fundamentais, 31
  - 6.2 Análise dos valores calculados do IDS-R, 33
  - 6.3 Análise dos valores calculados do IDS-O, 39
  - 6.4 Mensuração da relação entre o IDS-R e o IDS-O, 44
- 7 AS GRANDES METAS DE INCLUSÃO SOCIAL, 52
- 8 METAS ESPECÍFICAS DE INCLUSÃO SOCIAL, 54
- 9 ESFORÇOS A SEREM DESENVOLVIDOS NOS PRÓXIMOS ANOS, 56
- 10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E METAS DE INCLUSÃO SOCIAL, 58
  - 10.1 Atores Principais, 59
  - 10.2 O Caráter Inovador de um Sistema e Inclusão Social para o Ceará, 59
  - 10.3 Os observatórios e inclusão social, 60
  - 10.4 Para que controle social?, 61
- 11 NOTA FINAL DE ESCLARECIMENTOS, 61
- 12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 63
- ANEXOS, 65



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de um estudo que vem sendo desenvolvido pela SEPLAN/IPECE, junto com a SIM, para dotar o Governo Estadual de um Plano de Desenvolvimento Social. Seu ponto de partida foi à institucionalização do Regime de Metas Sociais para os municípios, cujo detalhamento encontra-se no Decreto nº 27.059 de 26 de maio de 2003 e seus correspondentes anexos.

Num segundo momento, foram elaboradas diretrizes e uma metodologia para a implantação do Sistema de Inclusão Social, que tem em sua estrutura um conjunto de indicadores de Desenvolvimento Social para os diversos municípios cearenses e representa uma etapa imprescindível para estabelecer mecanismos de definição de metas governamentais e de aferição de resultados, com a finalidade de monitorar os vários programas de governo e identificar as razões do sucesso ou insucesso em atingir as metas propostas.

Um terceiro componente da política social é o Balanço Social do Estado. Através dele, anualmente serão apresentados os resultados principais dos avanços alcançados nesta área.

No presente momento está sendo publicizado o Sistema de Inclusão Social, que se inicia com a elaboração de um estudo, onde foram avaliados os níveis de desenvolvimento social de cada município, comparando tal situação com a correspondente de oferta de serviços públicos, tendo em vista encontrar as relações causais entre oferta e resultados, identificando onde e em que setores as atenções governamentais devem ser priorizadas. O gráfico abaixo sintetiza e contextualiza todas as etapas acima descritas.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO BÁSICA

Um dos maiores desafios da atualidade é dotar a população menos favorecida de condições dignas de sobrevivência e cidadania. Portanto, uma das primeiras providências que se fazem necessárias para superar este grave problema é a identificação e a qualificação de qual camada da população está mais vulnerável e exposta à exclusão dos meios necessários à sobrevivência e ao acesso aos serviços básicos que tornam o indivíduo integrante de uma sociedade mais justa, equânime e solidária.

Uma forma de identificar e qualificar esta população é através do desenvolvimento de indicadores de inclusão social, que deverão ter como características básicas a simplicidade, a facilidade de interpretação e a utilização de fontes de informações que obedeçam a uma certa regularidade temporal.

Os termos inclusão/exclusão social surgiram na década de 60, mas foram massificados apenas recentemente através de discursos e de políticas governamentais. No Ceará, esse tema passou a centralizar as discussões dos últimos governos a partir de estudos realizados sobre pobreza e desigualdade. Através desses estudos e da participação dos movimentos sociais, percebeu-se que, apesar de esforços desenvolvidos na área social, os resultados foram aquém do esperado, pois, ainda persistem no Estado, problemas graves na área social.



Assim, para o presente estudo, pretende-se utilizar os conceitos de inclusão/exclusão social, partindo-se do princípio que a exclusão está relacionada com uma abordagem mais ampla que engloba a idéia de direitos perdidos, não acessíveis ou exercíveis, ao menos nos mesmos moldes de outras pessoas consideradas incluídas. Essa abordagem permite afastar a tese de que a exclusão social decorre naturalmente da vida em sociedade, do progresso, ou da incapacidade das pessoas se ambientarem favoravelmente dentro das relações capitalistas, ou seja, essa abordagem opõe-se à crença de que a exclusão social possa ser vista como um processo natural e inerente ao progresso. Assim, a inclusão social torna-se viável, quando os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e os direitos básicos da cidadania.

Considerando esta relevante questão, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) traçou as chamadas "Metas de Desenvolvimento do Milênio" com o objetivo de direcionar a atuação desta Instituição nos países em que atua. Aquelas metas serviram de inspiração para o presente trabalho, mas de uma forma menos ambiciosa e olhando para as necessidades da população carente do Estado. Assim, foram eleitos os seguintes objetivos estratégicos para as políticas sociais aqui apresentadas:

- Ampliar a oferta e melhorar a qualidade da educação;
- Aumentar a cobertura e melhorar o atendimento na saúde;
- Ampliar os serviços de infra-estrutura urbana;
- Avançar na empregabilidade como meio de combate à pobreza;
- Melhorar as condições de vida da população rural.

Entretanto, para que a eficácia destes objetivos sejam alcançados com sucesso, faz-se necessário, primeiramente, mensurar os níveis de inclusão social do Estado e de seus municípios, para se ter um diagnóstico preciso da situação atual, de tal forma que as políticas a serem implementadas futuramente sejam mais eficazes e abrangentes.

### **3 MENSURAÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL**

#### **3.1 Por que mensurar a Inclusão Social?**

Mensurar a Inclusão Social passou a ser um dos grandes desafios para os gestores públicos. Isto decorre da crescente necessidade de avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas sociais, com a finalidade de racionalizar recursos, planejar de forma consistente as ações públicas e promover o bem estar da população, principalmente a menos favorecida. Além do mais, uma das orientações que ganha destaque na atualidade é que a democratização das informações sobre as condições de inclusão social tende a tornar transparentes as ações públicas e estimula a participação da sociedade nos processos de formulação, monitoramento e avaliação das políticas sociais.

Desta forma, as medidas de inclusão social são importantes como balizadores para corrigir rumos indesejados que se pode estar tomando, além de servirem como instrumento de avaliações periódicas, tendo em vista solucionar problemas e procurar atingir os compromissos do governo.

Também é um instrumento de transparência da relação Estado-sociedade, através de uma ação que vai além da simples divulgação de resultados, pois é um processo de construção de um espaço de comunicação, diálogo e debate entre o Governo com a sociedade civil. Em outras palavras, constitui um conjunto de ações para trazer a sociedade para participar de um processo de desenvolvimento social, difundindo a compreensão sobre as condições, possibilidades e limitações para promover o desenvolvimento social e trazendo para o centro da discussão um conjunto mais amplo da sociedade civil.

#### **3.2 Como mensurar a Inclusão Social?**

Através de indicadores, que são instrumentos para o controle da ação pública e para a aferição da eficiência e eficácia das políticas sociais. Podendo ser avaliadas ao longo do tempo ou através da comparação entre diversas situações (municípios), identificando a situação dos mesmos, suas diferenças e pontos fortes e fracos no processo de inclusão social.

Não se deve esquecer que os indicadores são fotografias da realidade social num determinado ponto no tempo. Todavia, podem ser comparados em momentos distintos, avaliando-se a evolução da inclusão social. São números que procuram descrever alguns aspectos da realidade, que é bem mais complexa do que os indicadores revelam, exigindo-se cautela na interpretação dos resultados. Apesar disto, eles servem de balizamento para estabelecer um diagnóstico que alimenta o processo de definição de estratégias, programas, políticas e projetos inclusivos.

Através deles podem ser avaliadas as políticas e programas, medindo-se o grau em que seus objetivos estão sendo alcançados ou o impacto sobre a população alvo.

### **3.3 Quais os principais tipos de índices existentes?**

Entre os índices existentes que se associam ao desenvolvimento sócio-econômico destacam-se o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo, o Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU), e Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), que foi desenvolvido no Estado do Ceará.

Todos esses são índices que trazem alguma experiência acumulada para os municípios e estados que os desenvolvem, cujo objetivo é contornar algumas deficiências do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo célebre economista Amartya Sen, que teve um incontestável sucesso internacional pelo fato de introduzir alguma medida de desenvolvimento que não considera apenas a questão econômica, mas que também incorpora a questão humana.

O IDH é um índice que tem limitações na abrangência, pois considera de uma forma restrita as dimensões educação e longevidade, além da renda *per capita*. Isto tem provocado distorções nos resultados, principalmente quando se considera que existem outras dimensões que poderiam ser levadas em consideração.

A inclusão social pode ser avaliada por diversas dimensões: educação, saúde, habitação, gênero, raça/cor, meio ambiente, emprego, renda, riqueza, infraestrutura, participação política, cultura, esporte, lazer, justiça, segurança pública, acesso a informática e à Internet, situações de risco e vulnerabilidade, etc. Cada uma destas dimensões pode ser avaliada através de uma quantidade imensa de variáveis e indicadores. Porém, a limitação encontrada para se desenvolver estudos

de inclusão social é a disponibilidade de dados de uma forma regular e sistemática. Algumas das variáveis relevantes só estão disponíveis nos Censos Demográficos, que são realizados de dez em dez anos, enquanto outras resultam de registros administrativos, que são processadas anualmente.

Partindo da experiência desenvolvida pela Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE) na construção de indicadores, foi elaborado o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) para os anos de 1995, 1997 e 2000. Percebe-se que ali existe uma riqueza de dimensões e uma metodologia bem estruturada, cujo objetivo era bem mais amplo que medir o desenvolvimento social. Assim, faz-se necessária a definição de indicadores específicos para medir a inclusão social no Ceará.

### **3.4 Quais os tipos de indicadores que serão aqui utilizados?**

Serão utilizados indicadores de terceira geração<sup>1</sup>, pois tratam a questão da inclusão social no Ceará como um processo de aprimoramento, com discussões permanentes com a sociedade civil, tendo em vista avaliar, reavaliar e validar os próprios indicadores, as metas e os objetivos das políticas sociais.

Assim, parte-se do pressuposto de que os indicadores não medem toda a complexidade da realidade. Portanto, conhecendo as limitações existentes, as situações identificadas devem ser permanentemente qualificadas, tendo em vista compreender os processos sociais, estabelecer diálogos com a sociedade civil, tendo em vista debater resultados e ações a serem redimensionadas ou reestruturadas.

Para tanto, de acordo com o que será exposto posteriormente, estão sendo concebidos diversos instrumentos de diálogo com a sociedade, tendo em vista realimentar o processo através da reestruturação da ação pública e alcance de maior eficácia e efetividade das políticas sociais.

---

<sup>1</sup> Indicadores de primeira geração são indicadores simples, tais como o PIB e o PIB per capita, criados nos anos 50. Entre suas principais limitações, podem ser apontadas: i) consideram apenas a dimensão econômica, ii) não captam questões como a distribuição de renda, condições de saúde, educação, etc. Já os indicadores de segunda geração são indicadores compostos, entre os quais, o IDH é o mais destacado. Suas principais limitações estão em não captar mudanças de curto prazo, não captam a forma de gestão pública nem a participação social. Maiores detalhes, ver KAYANO & CALDAS: 2001.

Desta forma, neste primeiro momento, está sendo proposta a mensuração da Inclusão Social no Ceará através de indicadores, que deverão ter como características básicas a simplicidade, a facilidade de interpretação e a utilização de fontes de informações que obedeçam a uma certa regularidade temporal, segundo os princípios abaixo:

- Facilidade de obtenção das informações;
- Disponibilidade de informações anuais e por município;
- Universalização do uso;
- Simplicidade de interpretação e análise;
- Clareza em seu significado;
- Credibilidade;
- Representatividade;
- Consistência.

A inclusão social tem sido aferida a partir da construção de indicadores sintéticos que procuram incorporar várias dimensões. No Ceará tal indicador de inclusão é o IDS (Índice de Desenvolvimento Social). Uma característica importante do IDS, que o diferencia da maioria dos indicadores sociais desenvolvidos na literatura, é a sua divisão em duas dimensões de política. Assim, o IDS possui uma dimensão de resultado, que procura identificar os objetivos finais que se chega em termos de inclusão, e a dimensão de oferta que define os meios (instrumentos) empregados pelo governo para alcançar tais objetivos. Essa separação é importante porque, apesar das prioridades serem os resultados, o governo só possui controle sobre a oferta de serviços públicos.

De posse dos cálculos desses índices, então, será possível identificar quais são os fatores de oferta que mais influenciam os resultados em geral ou em relação a cada dimensão específica considerada. Ademais, a partir dos resultados obtidos, será também possível direcionar de forma mais eficiente a oferta futura de serviços através da definição de metas e programas sociais visando, em última instância, a melhoria das condições de vida da população cearense.

O IDS, de resultado e de oferta, são construídos a partir de cinco dimensões de inclusão social. Tais dimensões certamente não esgotam o conceito, mas representam o estágio inicial mínimo de cidadania e de inclusão.

### **3.5 Quais as dimensões que serão trabalhadas?**

Inicialmente foi realizada uma ampla discussão sobre o assunto, envolvendo a SEPLAN, a SIM o IPECE e diversas secretarias estaduais. Num primeiro momento foram selecionadas muitas das dimensões de inclusão social. Todavia, verificou-se que havia limitações de informações confiáveis que comprometeria qualquer análise que se quisesse fazer sobre vários setores. Em decorrência disto, importantes segmentos, tais como: i) esporte, cultura e lazer; ii) segurança pública; iii) participação política e social; iv) tecnologia da informação; v) meio ambiente, etc., foram excluídos da análise, esperando-se que o processo de demandas gerado por este trabalho possa induzir a superação das dificuldades identificadas e estas áreas possam ser incorporadas no futuro.

Diante disso, foram escolhidas as áreas de educação, saúde, emprego e renda, condições de habitação e desenvolvimento rural como prioritárias para a atuação mais efetiva do Governo estadual, pois, estas são áreas que estão fortemente vinculadas à garantia e à preservação do direito e da dignidade do ser humano.

A partir daí foram escolhidos alguns indicadores que representam uma etapa inicial de um processo, que será aperfeiçoado, incluindo-se novos indicadores, priorizando-se a sua qualificação e a comparação ao longo do tempo.

## **4 OS INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL**

A proposta aqui apresentada é que a inclusão social seja mensurada através de um indicador síntese do desenvolvimento social – Índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R) –, que reflete os resultados obtidos por cada município, e um outro que afere o nível de oferta de serviços públicos na área social – Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O).

#### 4.1 O Índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R)

O IDS-R foi constituído em função dos cinco eixos abaixo especificados. Cada eixo foi aferido através de indicadores que avaliam os aspectos quantitativos e qualitativos do resultado ou da oferta. São eles:

##### a) Educação

- Taxa de escolarização no ensino fundamental - proporção de matrículas da população de 7 a 14 anos no ensino fundamental em relação à população de 7 a 14 anos;
- Taxa de escolarização no ensino médio - proporção de matrículas da população de 15 a 19 anos no ensino médio em relação à população de 15 a 19 anos.
- Taxa de promoção da 4ª para 5ª Série – diferença entre o nº de alunos matriculados na 5ª Série e o nº de alunos repetentes matriculados na 5ª Série, dividida pelo nº de alunos matriculados na 4ª série no ano anterior.
- Rendimento dos alunos do ensino fundamental<sup>2</sup> – rendimento médio nas disciplinas de português e matemática dos alunos da 8ª série das escolas participantes do SPAECE-NET<sup>3</sup> que se submeteram às questões das provas de avaliação;
- Rendimento dos alunos do ensino médio<sup>4</sup> – rendimento médio nas disciplinas de português e matemática dos alunos da 3ª série (do ensino médio) das escolas participantes do SPAECE-NET que se submeteram às questões das provas de avaliação.

Estes indicadores foram escolhidos na tentativa de averiguar o desenvolvimento social da educação. Todos os cálculos foram feitos primeiramente para o ano de 2002 conforme os dados brutos fornecidos pela Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC).

---

<sup>2</sup> A ser incorporado a partir de 2004.

<sup>3</sup> O SPAECE-NET faz parte do Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Ceará (SPAECE), tendo sido concebido pelo Núcleo de Pesquisa e Avaliação (NPA) e pela Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG) para integrar-se como um dos componentes do Programa de Melhoria da Educação Básica. O SPAECE-NET pretende verificar as competências e habilidades dos alunos. Para tanto, foi desenvolvido um sistema de avaliação na Internet que permitirá aos alunos, previamente inscritos, o acesso a questões voltadas para a avaliação da aprendizagem e verificação do seu rendimento escolar.

<sup>4</sup> A ser incorporado a partir de 2004.

Um aspecto focado por estes indicadores educacionais é a democratização do acesso aos ensinos fundamental e médio, que pode ser avaliada através das taxas de escolarização consideradas.

Ademais, a taxa de promoção da 4ª para a 5ª série, que mede a proporção de alunos aprovados na 4ª série que efetivamente se matricularam na 5ª série e que portanto deixam de ser considerados analfabetos funcionais, e o rendimento dos alunos nos referidos níveis de ensino, que medem o grau de aprendizagem dos estudantes, permitirão avaliar (direta ou indiretamente) a qualidade da educação provida.

Desta forma, quanto maior for o valor dos indicadores mencionados, maior será o nível de desenvolvimento social por educação.

#### b) Saúde

- Taxa de mortalidade infantil - razão entre o total de óbitos de menores de um ano ocorridos no ano e o total de nascidos vivos no ano, multiplicado por mil;
- Razão de mortalidade materna – razão entre o total de óbitos por causas maternas e o total de nascidos vivos por ano, multiplicada por 100 mil;
- Taxa de internação por AVC – razão entre o nº de internações por acidente vascular cerebral e a população total, multiplicada por 10 mil.

Os indicadores deste grupo procuram evidenciar o desenvolvimento social por saúde e serão calculados com base em dados brutos disponibilizados pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA) para os anos de 2000 a 2002.

A melhoria das condições sociais geralmente se reflete na redução das diversas taxas de mortalidade e da incidência de doenças de uma população. A taxa de internação por AVC, por exemplo, capta a dimensão de doenças como a diabetes e a hipertensão, que são uns dos principais problemas de saúde na atualidade. Logo, quanto menor for o valor destes indicadores, maior será o nível de desenvolvimento social por saúde.



### c) Condições de Moradia

- Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado - proporção dos domicílios conectados à rede de abastecimento de água em relação ao total de domicílios;
- Proporção de domicílios com esgotamento sanitário urbano - proporção dos domicílios urbanos conectados à rede de esgoto em relação ao total de domicílios urbanos.

Estes são os indicadores de condições de moradia e foram calculados com base nos dados brutos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano 2000.

No caso, as condições de moradia de uma população poderiam ter sido medidas por vários indicadores de resultado. As necessidades mais prementes das residências são pelo abastecimento regular de água e pela disponibilidade de uma rede de esgotamento sanitário. Desta forma, justifica-se a inclusão dos indicadores propostos, uma vez que quanto maiores forem os valores dos dois indicadores, maior deverá ser o nível de desenvolvimento social por habitação.

### d) Emprego e renda

- Consumo residencial médio de energia elétrica - relação entre o total do consumo de energia elétrica residencial e o total de consumidores residenciais;
- Índice de qualidade do emprego formal - razão entre o número de empregados formais que recebem mais de 2 salários mínimos e o número total de empregados formais;
- Tamanho médio dos estabelecimentos - razão entre o total de empregados e o total de estabelecimentos.

Um dos aspectos mais fundamentais que reflete o grau de desenvolvimento social e econômico de uma população e que permite que os indivíduos sejam incluídos socialmente diz respeito à garantia do emprego e à geração de renda. Assim, indicadores de resultado para este grupo devem refletir se as condições são capazes de garantir o emprego e a manutenção de um padrão de renda minimamente aceitável.

Neste contexto, o consumo residencial de energia elétrica forneceria uma aproximação do padrão de rendimentos dos membros de uma população, pois, em geral, o aumento da renda dos indivíduos está diretamente relacionado com o aumento no consumo de energia, haja vista que o acréscimo de rendimentos possibilita o acesso a bens duráveis que incrementam sensivelmente este consumo. Por outro lado, os demais indicadores deste grupo forneceria medidas da qualidade dos empregos ofertados, uma vez que maiores salários associam-se a melhores empregos, enquanto os maiores estabelecimentos são os que, em geral, oferecem melhores condições de trabalho e renda.

Portanto, quanto maior for o valor destes indicadores, maior será o nível de desenvolvimento social por emprego e renda.

Estes indicadores serão calculados a partir de dados brutos provenientes da Companhia Energética do Ceará (COELCE), em 2002, e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e RAIS de 2001.

#### e) Desenvolvimento Rural

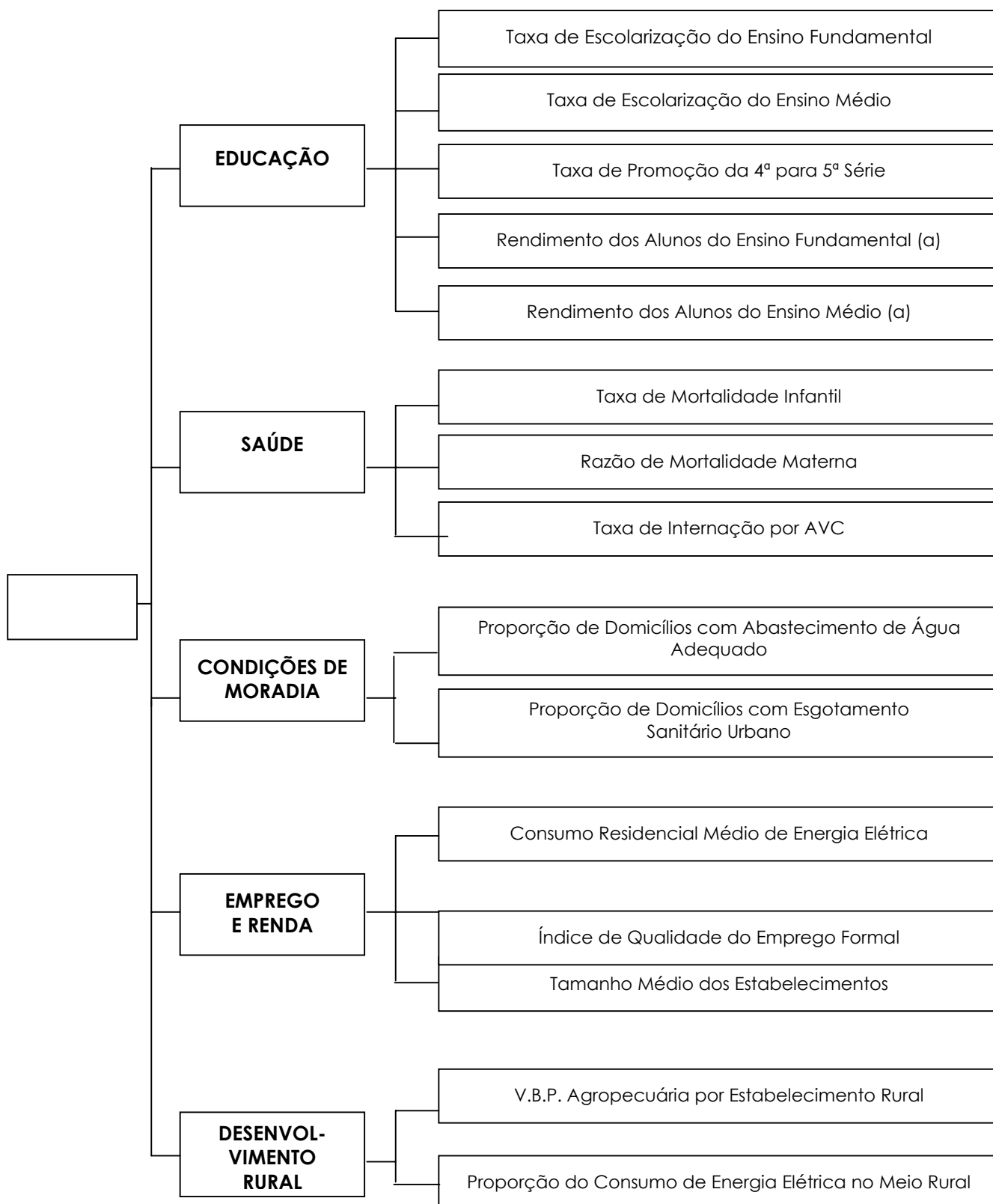
- Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural - razão entre o valor bruto da produção agropecuária e o número de estabelecimentos;
- Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural - relação entre o consumo de energia elétrica rural e o consumo total de energia elétrica.

Já que o Ceará apresenta uma parcela relevante de sua população ligada às atividades agropecuárias, contemplou-se, também, medidas que reflitam o desenvolvimento rural do Estado e de seus municípios. Mais especificamente, a proporção do consumo de energia elétrica no meio rural foi incluída, pois, espera-se que os municípios que consomem relativamente mais energia no meio rural serão aqueles que, em geral, têm uma maior vocação para as atividades agropecuárias e que tendem a ser mais produtivos nessas atividades, pois, estão mais aptos a adotar tecnologias mais modernas, que necessitam de um maior consumo de energia (como a irrigação, por exemplo).

Assim, quanto maior for o valor destes dois indicadores, maior será o nível de inclusão social por condições de produção no meio rural.

Estes indicadores serão calculados a partir de dados brutos provenientes da Companhia Energética do Ceará (COELCE), em 2002, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2001.

O IDS-R é então um indicador composto que sintetiza o conceito de inclusão social. Seu cálculo foi feito em nível municipal e suas relações podem ser visualizadas através do fluxograma abaixo.



Nota: (a) A ser incorporado a partir de 2004.

## 4.2 O Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O)

As metas e programas delineados pelo Governo estão orientados para a oferta de serviços públicos na área social, já que é sobre esta questão que a administração pública pode interferir efetivamente. Assim, os resultados das políticas sociais alcançam primeiramente os indicadores de oferta.

E, somente através das modificações na oferta é que poderão ser modificados os resultados, ou seja, dependendo do grau de efetividade dos gastos no sentido de dinamizar as condições de oferta de serviços públicos existentes é que se pode esperar boas performances dos indicadores de resultado. Desta forma, os resultados só podem ser afetados pelo Governo de forma indireta e, mesmo assim, deve-se ressaltar que existe ainda um componente aleatório neste processo que não pode ser de forma alguma desprezado.

Assim, neste contexto, os resultados obtidos serão importantes não somente para fornecer um retrato da situação do Estado do Ceará e de seus municípios em um determinado ponto do tempo, mas também para orientar a tomada de decisão sobre as ações que virão a modificar a oferta no futuro. Então, a partir da análise dos resultados, é possível aprender com os erros que porventura foram cometidos e identificar os acertos de tal forma que certas políticas públicas na área social possam ser modificadas, mantidas ou até ampliadas dependendo do caso em questão.

Desta forma, será, então, extremamente importante determinar um conjunto de indicadores de oferta e analisar os seus impactos sobre os resultados obtidos. Portanto, propõe-se a criação do IDS-O, Índice de Desenvolvimento Social de Oferta, a ser desenvolvido nos mesmos moldes que o IDS-R.

O IDS-O será aferido através dos seguintes indicadores:

### a) Educação

- Nível de formação de professores do ensino fundamental – proporção de funções docentes com grau de formação de nível superior no ensino fundamental;
- Nível de formação de professores do ensino médio - proporção de funções docentes com grau de formação de nível superior no ensino médio;

- Relação bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática por escola pública – razão entre o número de bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática e o total de escolas públicas;
- Relação equipamentos de informática por escola pública – razão entre o número de equipamentos de informática e o total de escolas públicas.

Os indicadores de oferta de educação foram escolhidos na tentativa de captar dois aspectos fundamentais: a qualidade do ensino provido, o que é feito através dos dois primeiros indicadores, e o aparelhamento das escolas públicas, evidenciado pelos dois últimos indicadores. Em termos mais específicos, a relação de equipamentos de informática por escola pública fornece uma medida da inclusão digital proporcionada pelas escolas públicas, o que é fundamental para se verificar o acesso da população, principalmente a mais carente, às novas tecnologias da informação.

Portanto, de acordo com o exposto acima, quanto maior for o valor destes indicadores, maior será o nível de oferta de educação.

Assim como os indicadores de resultado, estes indicadores também serão calculados a partir de dados da SEDUC para o ano de 2002.

#### b) Saúde

- Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez – razão entre o nº de gestantes acompanhadas no 1º trimestre de gravidez e o número de gestantes acompanhadas no ano;
- Proporção de crianças < de 2 anos acompanhadas – razão entre o nº de crianças < de 2 anos acompanhadas e o total de crianças < de 2 anos;
- Proporção da população coberta pelo Programa de Saúde da Família (PSF) – Razão entre a população coberta pelo PSF e a população total.

Os indicadores de oferta de saúde serão calculados a partir de dados disponibilizados pela SESA para o ano de 2002 e buscarão evidenciar primordialmente o grau de assistência e prevenção de doenças, principalmente em determinados grupos da população em que há uma maior necessidade de acompanhamento (como crianças e gestantes, por exemplo). Assim, quanto maior for o valor destes indicadores mencionados, maior será a de oferta de serviços de saúde.

### c) Condições de Moradia

- Taxa de cobertura de abastecimento de água – Proporção da população beneficiada com abastecimento de água;
- Taxa de cobertura de esgotamento sanitário urbano – proporção da população beneficiada com esgotamento sanitário urbano.

Uma vez que as necessidades mais prementes das residências são pelo abastecimento regular de água e pela disponibilidade de uma rede de esgotamento sanitário, optou-se como representantes de oferta de condições de moradia os indicadores listados acima, que serão calculados com base em dados da Secretaria da Infra-Estrutura do Estado do Ceará (SEINFRA) para o ano de 2002. Quanto maior for o valor destes indicadores, maior será o nível de oferta de serviços públicos para melhorar as condições de habitação.

### d) Emprego e renda

- Relação de matrículas no ensino médio por matrículas totais – razão entre o nº de matrículas no ensino médio e o nº total de matrículas totais;
- Profissionais de saúde do SUS por mil habitantes – razão entre o nº de Profissionais de saúde do SUS e a população total, multiplicada por mil;
- Terminais telefônicos por mil habitantes – razão entre o nº total de terminais telefônicos e a população, multiplicada por mil;
- Taxa de cobertura da malha rodoviária pavimentada no município – razão entre a extensão da malha rodoviária pavimentada e a área do município.

Os indicadores de oferta relacionados acima representam o esforço que o Governo desempenha no sentido de promover a criação de novos empregos e para fomentar o aumento da renda. No caso, o Governo não age diretamente instalando firmas nos municípios, mas tenta prover as condições necessárias para atrair novos investimentos. Então, na perspectiva de aumentar o nível de competitividade sistêmica dos municípios cearenses, gerando externalidades positivas para as empresas, o Governo pode afetar diretamente aspectos relacionados à qualificação da força de trabalho e à infra-estrutura (ROSA, 2000).

Neste contexto, a relação de matrículas no ensino médio por matrículas totais representa uma medida de capacitação da força de trabalho, haja vista que uma maior parcela de matrículas no ensino médio representa que os municípios estão ofertando um maior número de pessoas em idade ativa para o mercado de trabalho com um melhor nível de qualificação.

O nº de profissionais de saúde do SUS por mil habitantes é um indicador que sintetiza uma das principais demandas feitas pelos empresários ao decidir onde localizar suas empresas, já que eles esperam que existam condições satisfatórias de saúde para seus funcionários. Ademais, este indicador insere-se, também, na perspectiva de melhorar a dotação de capital humano da população, haja vista que trabalhadores mais saudáveis são, em geral, mais produtivos e apresentam menor grau de absenteísmo.

Já a taxa de cobertura da malha rodoviária pavimentada no município e os terminais telefônicos por mil habitantes e são medidas que representam a infraestrutura física e de telecomunicações, respectivamente. Estes também são indicadores fundamentais que definem onde as empresas devem se localizar e, assim, determinam a potencialidade dos municípios atraírem novos investimentos e gerar novos empregos.

Logo, de acordo com as idéias expostas acima, quanto maior for o valor destes dois indicadores, maior será o nível de oferta de serviços públicos geradores de emprego e renda.

Dada a diversidade dos indicadores desta dimensão, várias fontes de dados serão utilizadas. No caso, a relação de matrículas no ensino médio por matrículas totais será proveniente da SEDUC para 2002; o nº de profissionais de saúde por mil habitantes será calculado com base em dados da SESA para 2002; o nº de terminais telefônicos por mil habitantes foi fornecido pela Telemar Norte e Leste S.A. para o ano de 2001; e, finalmente, a proporção de estradas pavimentadas no município será computada a partir de dados do Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes (DERT) e do IBGE para 2002.

#### e) Desenvolvimento rural

- Valor médio do Crédito Rural - Valor médio do financiamento agrícola e pecuário, para custeio, investimento e comercialização;



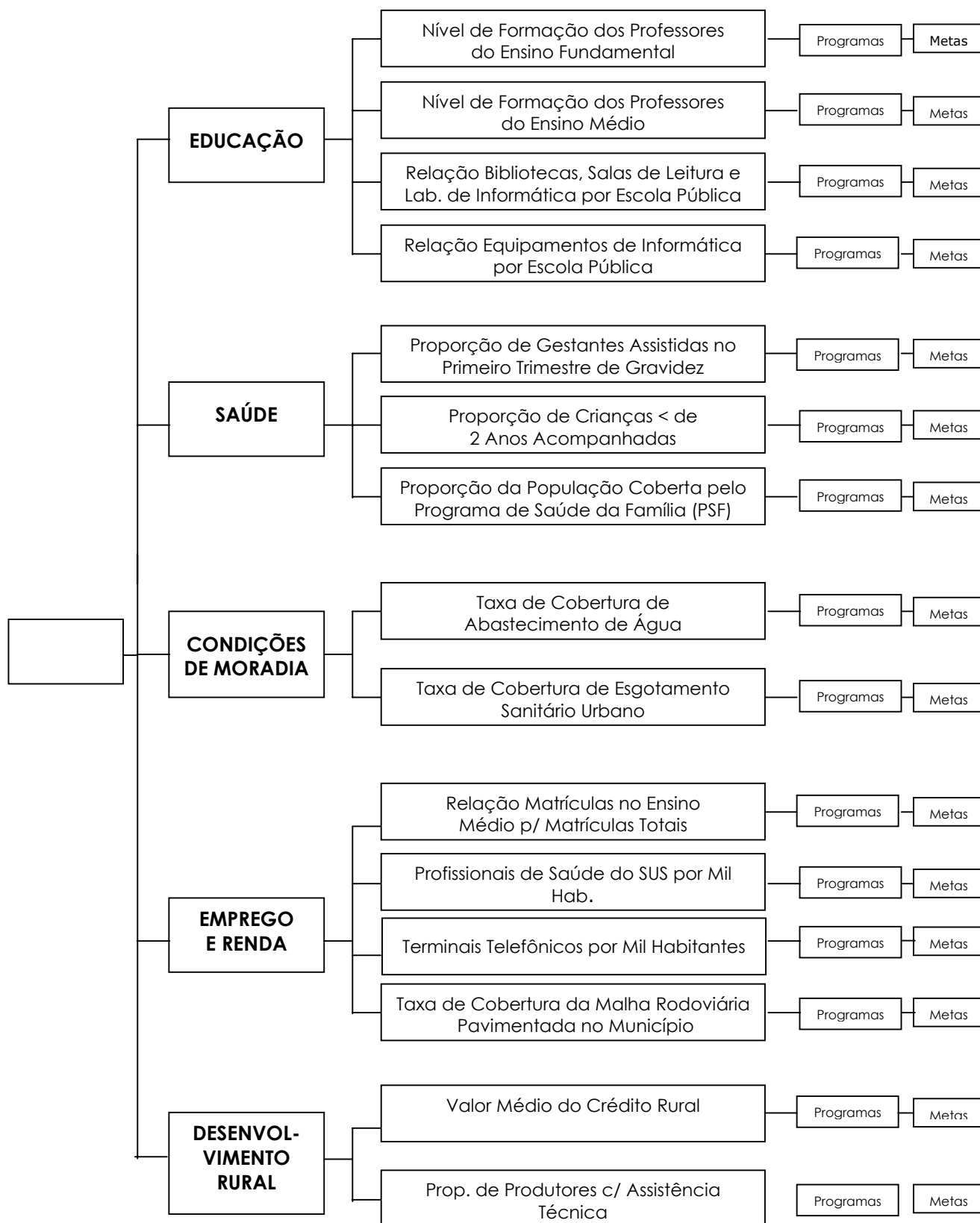
- Proporção de produtores com assistência técnica - Razão entre os produtores assistidos pela EMATERCE e o total de produtores agropecuários.

O Governo afeta o desenvolvimento rural do ponto de vista da oferta ao disponibilizar crédito para os produtores rurais e, também, ao fornecer assistência técnica, o que feito no Ceará através da EMATERCE. Portanto, quanto maior for o valor dos indicadores propostos, maior será o nível de oferta de serviços públicos para o desenvolvimento rural.

Os dados utilizados para os indicadores desta dimensão serão provenientes, portanto, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e do IBGE para o ano de 2002.

Assim, de forma semelhante ao procedimento adotado para o caso anterior, o IDS-O é um indicador composto que sintetiza o conceito de oferta de serviços públicos na área social. Suas relações podem ser visualizadas através do fluxograma abaixo.

Pode-se perceber que é a partir desse índice que serão delineadas as metas e os programas governamentais nas cinco dimensões contempladas, haja vista que as variáveis que compõem o IDS-O são aquelas que o Governo do Estado pode afetar mais diretamente. E, essas metas e programas trarão repercussões importantes sobre a oferta em períodos futuros que, por conseguinte, terão impactos nos indicadores de resultado mencionados anteriormente.



### 4.3 O tratamento estatístico dos indicadores

O método de cálculo do IDS-R e também do IDS-O consiste em padronizar os indicadores selecionados, considerando-se valores de 0 a 1, respectivamente, para os piores e melhores resultados dos municípios. Assim, um indicador “ $I$ ” padronizado para o município “ $i$ ” foi obtido a partir da seguinte fórmula:

$$I_{pi} = \frac{I_i - I_P}{I_M - I_P} \quad \text{onde,}$$

$I_{pi}$  = Valor padronizado do indicador  $I$  no município “ $i$ ”;

$I_P$  = Valor do indicador do município com pior resultado;

$I_M$  = Valor do indicador do município com melhor resultado.

Nos casos onde há uma relação direta entre o pior resultado e o menor valor e entre o maior resultado e o maior valor, tem-se  $I_P = I_{\min}$  e  $I_M = I_{\max}$ . Como exemplo, tem-se a taxa de matrícula, pois, quanto menor (maior) for essa taxa, pior (melhor) será o resultado. E, caso contrário, tem-se  $I_P = I_{\max}$  e  $I_M = I_{\min}$ . Como exemplo, tem-se a taxa de mortalidade infantil, pois, quanto maior (menor) for essa taxa, pior (melhor) será o resultado. Desta forma, o município com o pior resultado terá valor padronizado zero e o de melhor resultado, valor padronizado um.

Para se calcular o IDS (de resultado ou de oferta) de cada município em cada dimensão, então, utiliza-se o seguinte procedimento:

$$IDS_{ij} = \frac{\mu_{ij}}{1 + (\sigma_{ij}/2)}$$

onde:

$IDS_{ij}$  = Índice de Desenvolvimento Social do município “ $i$ ” na dimensão “ $j$ ”;

$\mu_{ij}$  = Média dos indicadores padronizados do município “ $i$ ” na dimensão “ $j$ ”; e

$\sigma_{ij}$  = Desvio padrão dos indicadores padronizados do município “ $i$ ” na dimensão “ $j$ ”.

No caso, a média dos indicadores foi dividida pelo fator  $1 + (\sigma_{ij}/2)$ , pois, desta forma é possível penalizar aqueles municípios cujos indicadores de uma determinada dimensão são bastante heterogêneos, principalmente aqueles que possuem um

indicador relativamente elevado enquanto os demais são relativamente baixos. Assim, procura-se verificar quais são os municípios que realmente apresentam as melhores condições em cada dimensão, evitando que algum indicador específico provoque alguma distorção importante.

Finalmente, para se calcular o IDS (de resultado ou de oferta) para cada município faz-se uma média ponderada dos índices das dimensões, da forma apresentada a seguir:

$$IDS_i = 0,225.(IDS_i^{EDUC} + IDS_i^{SAU} + IDS_i^{MORAD} + IDS_i^{EMPR}) + 0,1.IDS_i^{DESRU} \quad (1)$$

onde EDUC representa a dimensão de educação, SAU a dimensão de saúde, MORAD as condições de moradia, EMPR o emprego e renda, e DESRU o desenvolvimento rural.

Pode-se perceber que foi atribuído um peso menor para a dimensão de desenvolvimento rural (de 10% ao invés de 22,5% como para as demais dimensões) na tentativa de não viesar os valores obtidos em prol daqueles municípios que possuem uma maior vocação para as atividades agropecuárias ou extrativas.

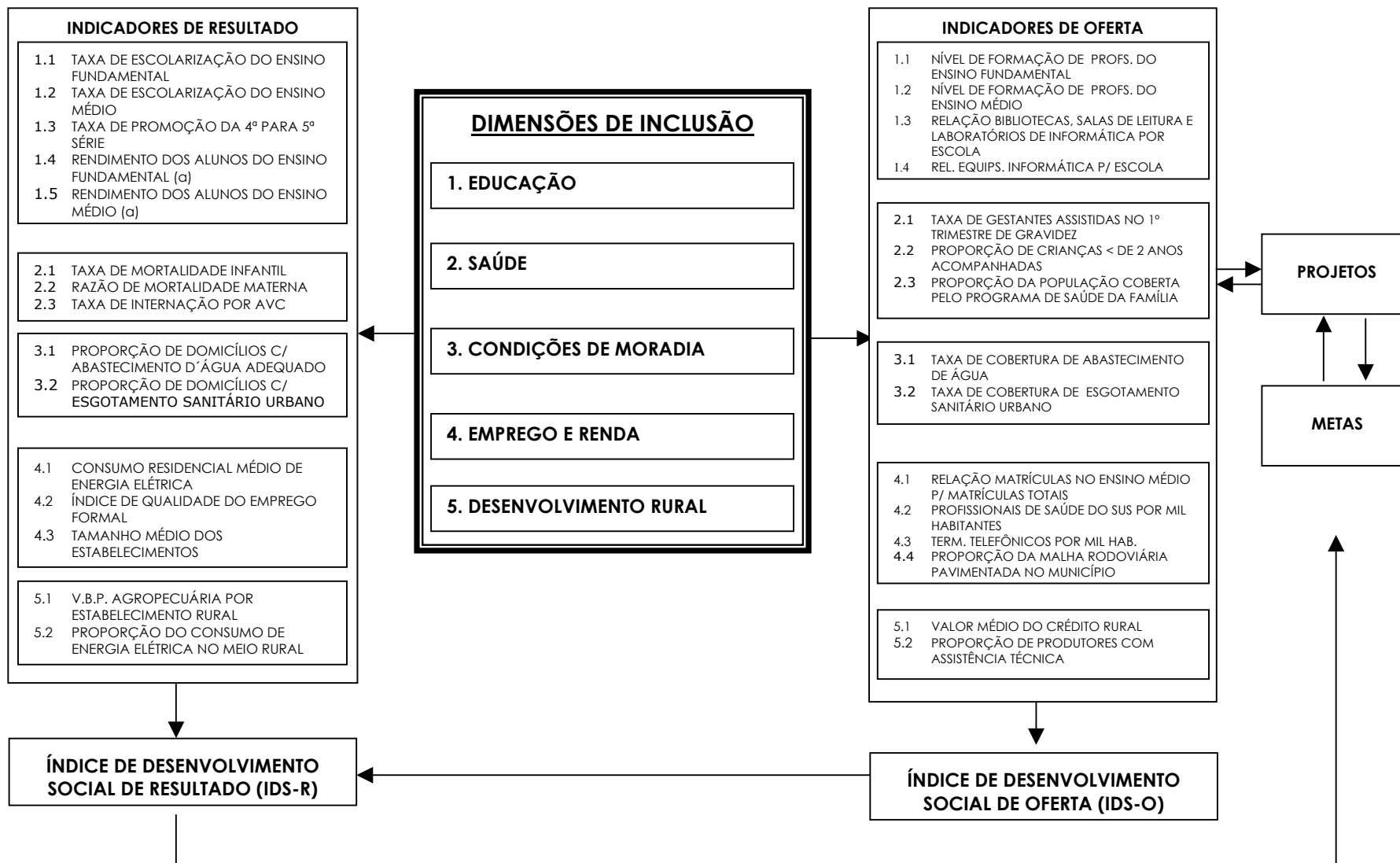
## 5 RELAÇÕES ENTRE OFERTA E RESULTADOS

O cálculo do IDS-O e do IDS-R será fundamental para a definição de políticas públicas mais eficazes, isto é, políticas que sejam capazes de afetar de uma forma mais intensa a sua população-alvo, de tal forma que as condições sociais existentes apresentem melhorias significativas ao longo do tempo. Mais especificamente, a eficácia relaciona-se diretamente com o grau de satisfação e de melhoria apresentado por aqueles que foram contemplados por tais políticas.

Pretende-se avaliar o grau de eficácia das políticas públicas em duas etapas. Primeiramente, será analisada a capacidade dos indicadores de oferta de explicar avanços dos indicadores de resultados perseguidos. Assim, após a estimativa do IDS-O, serão identificadas as relações de interdependência que porventura existam entre os dois grupos de indicadores. Por hipótese, existe uma relação causal entre o IDS-O e o IDS-R. Uma representação desta interdependência é apresentada no fluxograma adiante.

Percebe-se ali que a oferta refletida nos indicadores de cada dimensão e sintetizada no IDS-O, os insumos básicos para determinar os resultados, que se manifestaram nas 5 dimensões propostas e na sua síntese (IDS-R). Os resultados, por sua vez, dão referência para estabelecer metas e projetos para a alteração da oferta de serviços públicos, principalmente nos setores e localidades mais deficientes.

Numa segunda etapa, procurar-se-á verificar a eficácia das ações e programas setoriais no avanço dos indicadores de oferta aqui definidos.



Nota: (a) A ser incorporado a partir de 2004

## 6 RESULTADOS INICIAIS

### 6.1 Algumas considerações fundamentais

Uma etapa já concluída no âmbito dessa pesquisa consiste na ordenação dos municípios cearenses, segundo os seus níveis de inclusão social. Uma série de mapas e gráficos sintetiza os resultados obtidos, em geral e por dimensão, tanto para os resultados, quanto para a oferta.

Em ambas as situações, os municípios são agrupados em quatro categorias de acordo com o valor dos seus IDS (de resultado ou de oferta) e, então, recebem um conceito de acordo com o seu valor. Cada município pode ser conceituado em termos de desenvolvimento social como ruim, regular, bom ou ótimo. Mais especificamente, os municípios são agrupados da seguinte forma:

- $0,000 \leq \text{IDS} < 0,300 \Rightarrow$  ruim
- $0,300 \leq \text{IDS} < 0,500 \Rightarrow$  regular
- $0,500 \leq \text{IDS} < 0,700 \Rightarrow$  bom
- $0,700 \leq \text{IDS} \leq 1,000 \Rightarrow$  ótimo

Desta forma, se um município obtiver, por exemplo, o seu IDS de resultados em um determinado ano igual a 0,5251, então, o seu conceito será “bom”. Já um município que obtiver um valor de 0,2516 para o mesmo índice, terá o conceito “ruim”.

Estes conceitos podem ser facilmente identificados nos mapas que serão apresentados adiante. No caso, a cor vermelha indicará que o município obteve o conceito “ruim” para quaisquer índices em análise. A cor amarela representará os municípios que obtiveram o conceito “regular”, enquanto que as cores verde e azul representarão, respectivamente, os municípios que apresentaram os conceitos “bom” e “ótimo”.

Portanto, estas são categorias que agrupam municípios de acordo com o seu nível de desenvolvimento social, na tentativa de selecionar aqueles que apresentam, de uma forma geral, características semelhantes. Obviamente, existe uma razoável heterogeneidade entre os municípios cearenses e, como consequência, pode haver casos em que municípios que apresentam uma série de características

discrepantes se situem no mesmo grupo, pois, diante de uma análise mais integrada e abrangente de suas características, constatou-se que seus níveis de desenvolvimento social apresentam uma razoável semelhança.

Uma explicação muito importante faz-se necessária neste ponto da análise. Levando-se em consideração o método de padronização que foi utilizado para o cálculo do IDS, deve-se ter bastante cuidado ao se interpretar os valores obtidos e ao examinar os mapas, para evitar erros de avaliação. No caso, deve-se perceber que a padronização entre 0 e 1 relativiza os resultados, ou seja, permite que os indicadores de cada município possam ser comparados aos demais. Assim, o município que obteve um valor de 0,2516, como no exemplo acima, obteve o conceito ruim, pois, seus resultados são relativamente muito mais baixos que os resultados apresentados pelos municípios cearenses em melhor condição, resultados estes que não são necessariamente bons ou ruins em termos absolutos.

Desta forma, obter um mapa "quase todo azul" não significa necessariamente que todos os municípios apresentam condições excelentes (em geral ou em uma dimensão específica), mas sim que todos os municípios apresentaram indicadores muito próximos dos melhores, de tal forma que há pouca heterogeneidade entre estes municípios. Se porventura os melhores apresentarem valores para os seus indicadores considerados muito bons de acordo com os padrões definidos mundialmente ou a nível nacional, então, aí sim, será possível dizer que as condições existentes são realmente as desejáveis.

Portanto, com base nesta importante ressalva, é possível evitar juízos tais como: "Já que quase todos os municípios se encontram em uma posição 'ótima', então, não há justificativa para a intervenção governamental através das políticas sociais. O governo deve intervir apenas manter o *status quo*". Não exatamente, pois, o mapa pode estar quase todo azul e, mesmo assim, ainda poderá ser extremamente necessária a intervenção governamental através de seus programas sociais para a melhoria das condições de vida da população.

E, então, por que se optou por uma padronização da forma como foi efetuada? A justificativa mais contundente é que ao se identificar àqueles municípios em melhor e em pior situação, torna-se mais fácil verificar, portanto, quais são os que devem ser tratados como referência e quais devem ser mais beneficiados para que haja



uma certa convergência entre os seus indicadores sociais. Assim, por exemplo, um mapa com muitas áreas em vermelho indicará que grande parte dos municípios cearenses situa-se numa situação bem aquém daqueles que se encontram em melhor situação e, então, deve-se tentar identificar a razão para tal discrepância para que então sejam sugeridas políticas sociais que sejam capazes de levar estes que estão em pior situação para o mesmo patamar dos que estão melhores.

Perceba, também, que este processo de convergência dos indicadores sociais dos municípios não exclui avanços em termos absolutos dos indicadores sociais ao longo do tempo, muito pelo contrário. O ponto que se quer salientar é que aqueles municípios em pior situação devem ser aqueles que devem receber uma maior atenção do Governo do Estado no âmbito de suas políticas e programas sociais para que as condições de vida de sua população se tornem equiparáveis às dos demais.

## **6.2 Análise dos valores calculados do IDS-R**

Cálculos do IDS-R para os 184 municípios cearenses possibilitam listar aqueles que se encontram em melhor e aqueles que estão em pior situação no Estado, conforme ilustra o mapa adiante<sup>5</sup>.

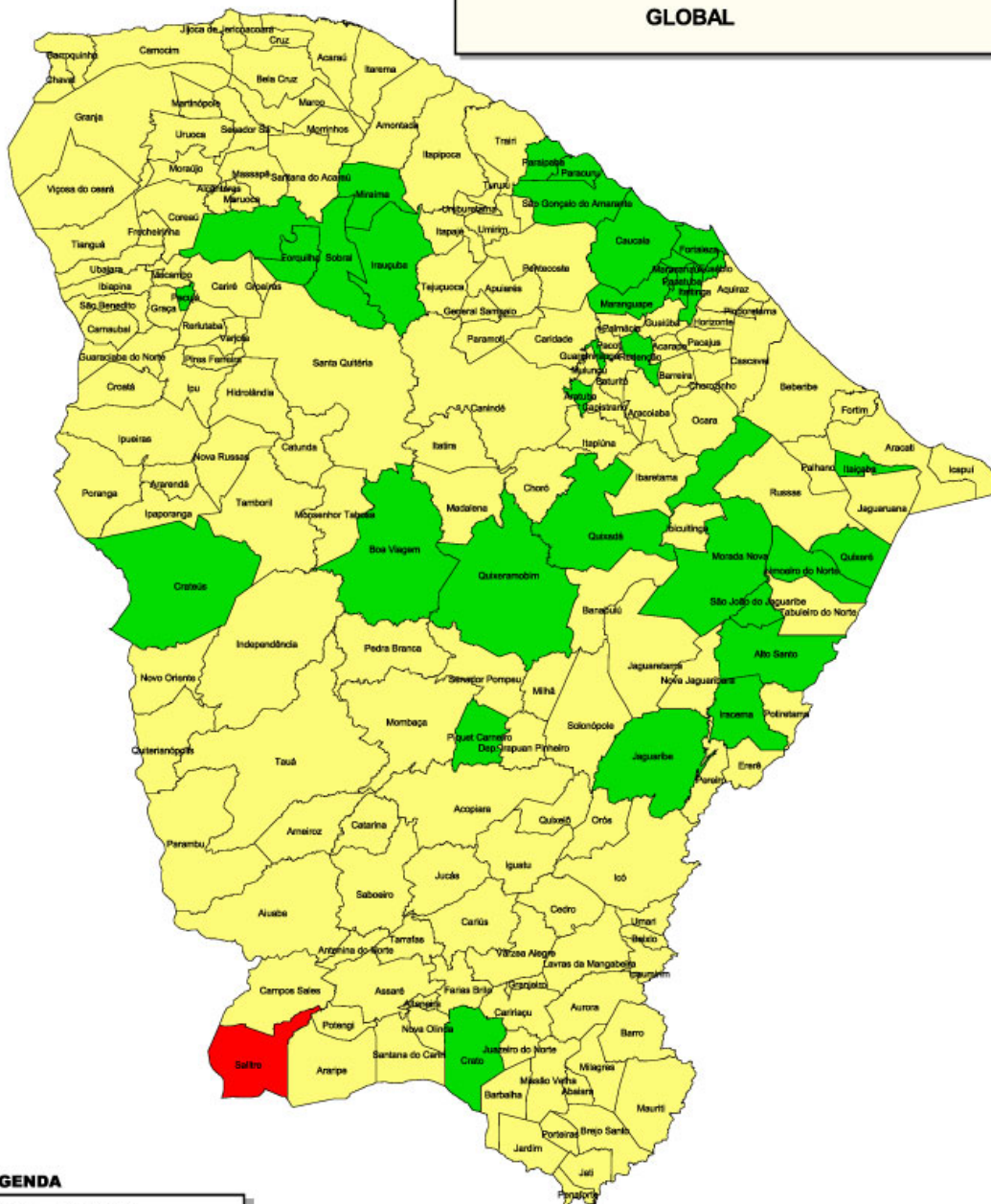
Através do referido mapa, pode-se perceber que os municípios cearenses obtiveram resultados de tal sorte que podem ser separados em dois grandes grupos: um grupo relativamente pequeno composto pelos municípios que receberam conceito "bom" e um grupo relativamente grande cujo conceito recebido foi "regular". Apenas o município de Salitre recebeu o conceito "ruim" indicando que, de uma forma geral, sua performance foi bem inferior à dos demais municípios cearenses. No caso, o seu IDS-R corresponde a menos de 40% do valor obtido pelo município que apresentou a melhor performance relativa, que foi Maracanaú.

---

<sup>5</sup> Todos os dados brutos necessários para a confecção dos mapas e gráficos que serão apresentados no decorrer do presente trabalho encontram-se disponíveis em anexo.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE RESULTADOS - 2003

GLOBAL



LEGENDA

IDS-R - GLOBAL	
Red	0.0000 - 0.2999
Yellow	0.3000 - 0.4999
Green	0.5000 - 0.6999
Blue	0.7000 - 1.0000

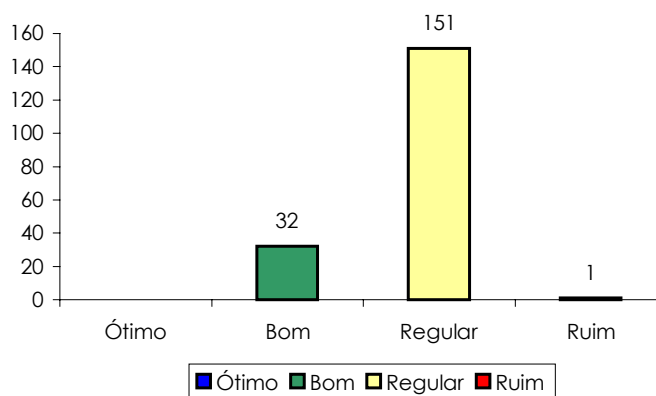
Com base em dados de 2002



50 0 50 100 Km

Em síntese, pode-se resumir a performance dos municípios cearenses com a ajuda do gráfico abaixo:

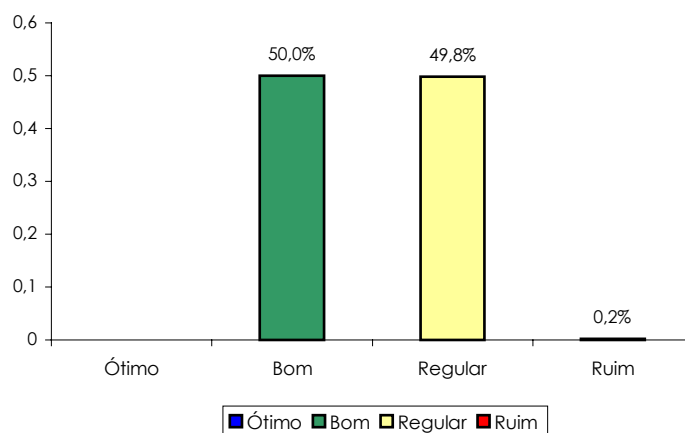
Gráfico 1 Distribuição dos Municípios Cearenses de acordo com o conceito obtido para o IDS-R



Conforme o gráfico acima indica, não houve municípios com o conceito “ótimo”, evidenciando que não há municípios em uma situação extremamente melhor que os demais. Apenas 17% dos municípios cearenses apresentaram performances caracterizadas com o conceito “bom” e a grande maioria, representada nada menos que 82% do total, apresentou o conceito regular, o que vem a corroborar a idéia de que pode haver discrepâncias entre os municípios cearenses, como foi exemplificado acima, mas que estas discrepâncias, em média, não tendem a ser muito extremas, pelo menos em termos gerais.

No que diz respeito à distribuição da população cearense de acordo com o valor obtido para o IDS-R, pode-se perceber que aproximadamente 50% da população do Estado, reside em áreas que obtiveram o conceito “bom”. Uma proporção similar reside em áreas que obtiveram o conceito “regular”, enquanto que apenas 0,2% da população vive em condições muito abaixo da média do Estado. Deve-se perceber que estes resultados foram obtidos, pois, os municípios do Estado que obtiveram os maiores valores para o IDS-R, e que representam apenas 17% do total, concentram aproximadamente a metade da população total do Estado (somente a Região Metropolitana de Fortaleza concentra mais de 1/3 da população). Estes resultados são ilustrados com a ajuda do Gráfico 2, abaixo.

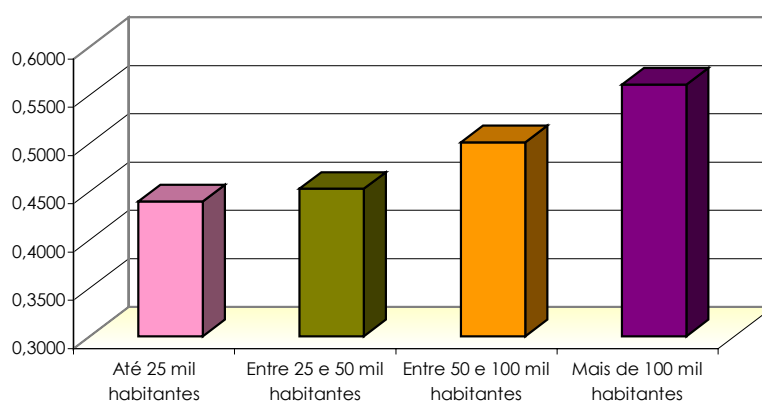
Gráfico 2 Distribuição da população cearense de acordo com o conceito obtido pelos municípios onde residem para o IDS-R



Constata-se, também, que há uma relação importante entre a população dos municípios e o seu nível de inclusão social, mensurada pelo IDS-R. Mais especificamente, os municípios cearenses mais populosos são aqueles que apresentaram, em média, maiores valores para o IDS-R, conforme se pode verificar com a ajuda do gráfico 3, adiante. Como exemplo, podem ser comparadas as médias do IDS-R para os municípios com menos de 25 mil habitantes e aqueles com mais de 100 mil habitantes. No caso, a média destes últimos é aproximadamente 28% maior que a dos primeiros, o que é uma diferença razoável, mas não extrema.

Ao nível das dimensões, entretanto, podem ser verificadas diferenças bastante significativas entre os municípios em melhor e em pior situação. Portanto, um outro fator que merece ser reforçado é que o índice geral fornece uma visão global de como os municípios cearenses encontram-se no que diz respeito à inclusão social. E, como uma média ponderada de valores, acaba classificando municípios bastante diferentes no mesmo grupo. Isto se dá, pois, um município pode ter bons indicadores em determinadas dimensões, enquanto outro pode ter bons indicadores em outras dimensões mas, na média, eles podem se encontrar em condições gerais relativamente semelhantes. Em um caso como este, faz-se necessária, portanto, uma análise mais pormenorizada de cada município de forma a identificar quais são as dimensões e os indicadores que demandam uma atenção mais intensiva das autoridades através de suas políticas de desenvolvimento e de inclusão social.

Gráfico 3 Valores do IDS-R de acordo com a população dos municípios



Vários casos poderiam ser mencionados a este respeito. Como um exemplo interessante, poderia ser citado o caso dos municípios de Paraipaba e Pacatuba. No caso, o município de Paraipaba apresentou resultados superiores nas dimensões de Educação, Condições de Moradia e de Desenvolvimento Rural, enquanto que Pacatuba foi superior em Saúde e em Emprego e Renda. De forma mais específica, Paraipaba é um município com uma forte vocação agrícola e, por isso, teve um resultado muito mais significativo no que diz respeito ao Desenvolvimento Rural em relação a Pacatuba que, por sua vez, é um município que vem se beneficiando bastante com a expansão da indústria na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e que, por isso, teve uma performance mais substancial na dimensão de Emprego e Renda comparativamente.

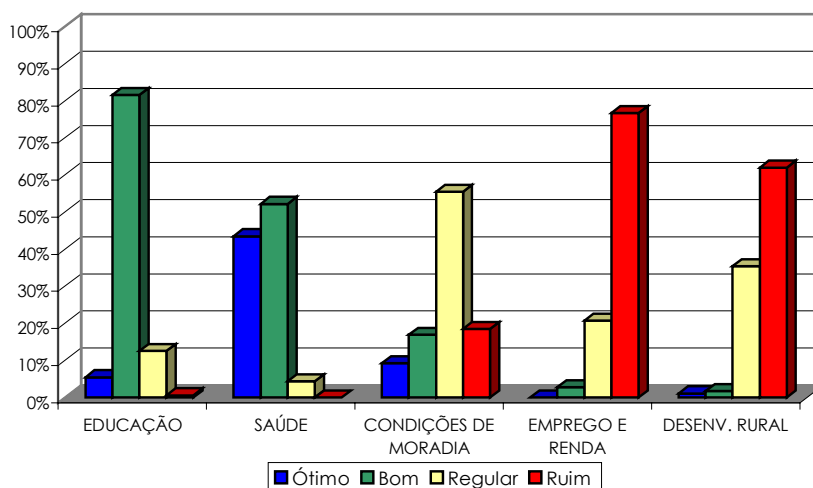
O importante é que, após as devidas ponderações, os dois municípios em questão acabaram recebendo o conceito “bom” de acordo com a classificação proposta anteriormente. Isto se justifica, pois, na média, eles apresentaram performances similares, apesar de suas diferenças, e estas performances foram relativamente melhores que a da maioria dos demais municípios cearenses.

Um outro exemplo interessante seria uma comparação entre os municípios de Juazeiro do Norte e Palhano. No caso, de acordo com dados do IBGE, o primeiro apresentou uma população superior a 220 mil habitantes em 2002, enquanto que o último possuía uma população um pouco superior a 8 mil habitantes mas que, mesmo assim, obtiveram índices gerais bastante próximos, classificando-os com o conceito “regular”.

Uma análise mais pormenorizada de seus indicadores, por dimensão, revela que Juazeiro do Norte só tem uma performance superior a Palhano na dimensão de Emprego e Renda, muito embora as diferenças encontradas nas demais dimensões em favor de Palhano não sejam tão significativas. O ponto central é que o tamanho do município não garante necessariamente um maior grau de desenvolvimento ou de inclusão social. Há localidades menores que apresentam bons indicadores, muitas vezes melhores que os das localidades mais populosas e mais significativas do ponto de vista econômico, conforme este caso exemplifica.

De uma forma ampla, houve performances relativamente distintas se forem consideradas as diferentes dimensões em análise. O gráfico abaixo resume este quadro.

Gráfico 4 Distribuição dos Municípios Cearenses de acordo com o conceito obtido para o IDS-R por dimensão considerada



Conforme este gráfico indica, nas dimensões de Educação e Saúde predominam os municípios com os conceitos "Bom" e "Ótimo", o que indica que grande parte deles apresenta indicadores relativamente próximos aos daqueles que apresentaram as melhores performances nas referidas dimensões. Estes resultados explicitam quais são as localidades mais necessitadas em termos de saúde e de educação e que, portanto, merece uma maior atenção por parte das políticas de desenvolvimento do Governo do Estado.

Já para as demais dimensões, há uma concentração de municípios bastante elevada com os conceitos "Regular" e "Ruim". Essa constatação representa que há um nivelamento por baixo neste caso, pois, apenas algumas localidades parecem

apresentar resultados relativamente significativos, enquanto que a grande maioria encontra-se situado em patamares distantes dos melhores resultados.

É importante enfatizar que essas são dimensões mais diretamente relacionadas com as condições econômicas dos municípios e que, portanto, retratam a maior concentração das atividades produtivas do Estado em alguns municípios específicos, especialmente naqueles que compõem a RMF. No caso, esses municípios, em geral, são mais urbanizados que a média e, por isso, tendem a apresentar melhores condições de moradia, estabelecimentos de maior tamanho, uma maior proporção de trabalhadores formais que ganham mais de dois salários-mínimos por mês, etc. Assim, as políticas governamentais voltadas para a melhoria dessas dimensões devem passar necessariamente pelo estímulo à desconcentração das atividades econômicas do Estado para que seja possível uma maior inclusão social nessas áreas de forma sustentável a longo prazo.

Portanto, através do estudo do mapa e das tabelas apresentadas, pode-se perceber que é possível identificar os municípios que mais necessitam de intervenção através de políticas públicas destinadas a aumentar a inclusão social. Em termos absolutos, todos os municípios podem ter necessidades específicas, que devem ser atendidas à medida do possível, mas aqui fica claro quais são as localidades que necessitam de ações mais intensas e imediatas. E, estas ações se refletem basicamente nos indicadores de oferta dos municípios.

### **6.3 Análise dos valores calculados do IDS-O**

O mapa a seguir descreve as condições de oferta dos municípios de acordo com o IDS-O.

O índice global de oferta na área social indica uma situação relativamente pior que os resultados obtidos. No caso em questão, há apenas 3 municípios com o conceito "bom" (Fortaleza, Maracanaú e Sobral) e um número maior de municípios com conceito "ruim". Isto é fácil de perceber no mapa, pois, há uma predominância da cor amarela com algumas áreas verdes e outras vermelhas (muito mais numerosas que as verdes). Estes valores revelam, portanto, que os níveis de oferta, em geral, estão mais próximos dos níveis dos municípios em pior situação, ou seja, há pouquíssimas localidades em situação privilegiada enquanto que a grande maioria concentra-se em torno de uma média relativamente baixa.

Estes valores denotam, portanto, a necessidade de dinamização da oferta de serviços no Ceará e, através do mapa apresentado, é possível identificar aqueles municípios que apresentam uma carência maior e que conseqüentemente necessitam de políticas sociais mais intensivas e urgentes.

A mesma ressalva feita para o caso do IDS-R deve ser feita para o IDS-O. Como este índice é, também, uma média ponderada de índices calculados para dimensões específicas, então, é possível considerar municípios distintos como semelhantes do ponto de vista de sua oferta global de serviços na área social, uma vez que eles podem apresentar situações diversas de oferta em dimensões diferentes mas que, em média, são compatíveis.

Mais uma vez, a lista de casos que poderiam ser comentados neste contexto seria realmente extensa. Dentre as comparações possíveis, um caso importante chama verdadeiramente a atenção. Sempre que o município de Fortaleza for comparado a outros, então, será surpreendente notar que o seu índice de saúde é muito baixo em relação a grande parte dos demais, com a exceção do município de Granja.

Então, como explicar uma situação como esta? No caso, a justificativa seria dada pelo fato de que os indicadores utilizados para o cálculo do índice de saúde acabam por prejudicar a classificação de Fortaleza, uma vez que os programas contemplados por estes indicadores concentram-se preponderantemente nos municípios do interior.

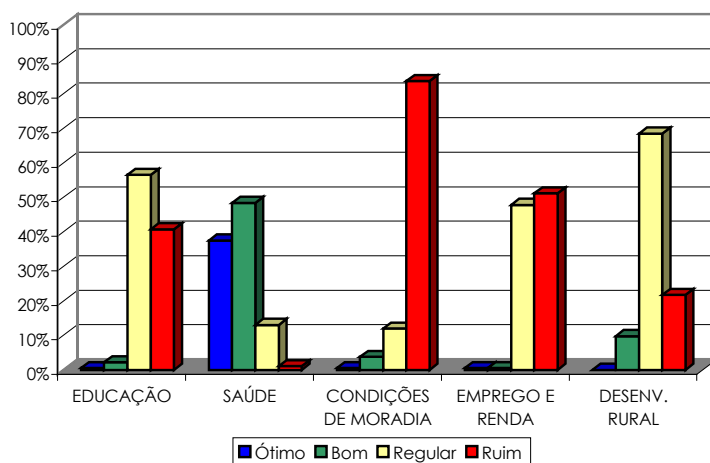




Apesar desta aparente deficiência, deve-se salientar que a escolha dos indicadores não foi feita no sentido de refletir fielmente as condições de municípios específicos, mas sim no sentido de gerar valores representativos para a maior parte dos municípios em análise.

Neste contexto, constata-se que vários municípios apresentaram bons indicadores de oferta de saúde, conforme ilustra o gráfico abaixo.

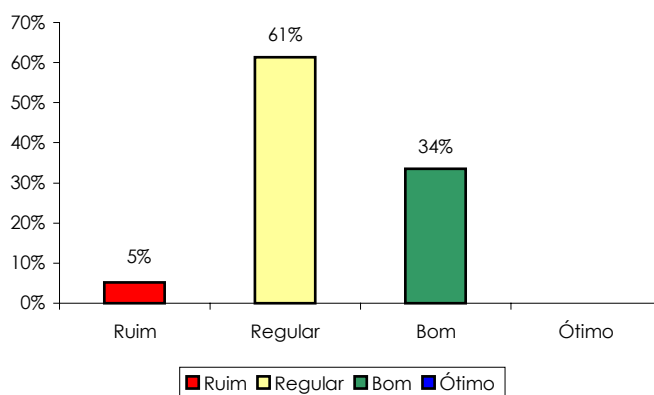
Gráfico 5 Distribuição dos Municípios Cearenses de acordo com o conceito obtido para o IDS-O por dimensão considerada



A dimensão de Saúde parece ter sido uma exceção no que diz respeito às condições de oferta. Há uma predominância clara dos municípios com conceito "Regular" ou "Ruim" nas demais dimensões. Mais uma vez, constata-se um nivelamento por baixo nessas áreas, onde a grande maioria dos municípios apresenta condições mais próximas dos piores que dos melhores. Neste sentido, conforme ilustra o gráfico acima, a dimensão mais problemática seria, portanto, a de condições de moradia na qual mais de 80% dos municípios cearenses tiveram as suas condições de oferta caracterizadas como ruins em termos relativos.

E, como os fatores populacionais podem ser relacionados com os valores obtidos para o IDS-O? O gráfico 6, abaixo, indica que, apesar do número significativo de municípios cearenses com conceito "ruim", apenas aproximadamente 5% da população do Estado reside nesses municípios. Enquanto isto, nada menos que 34% da população reside nos três municípios que obtiveram o conceito "bom".

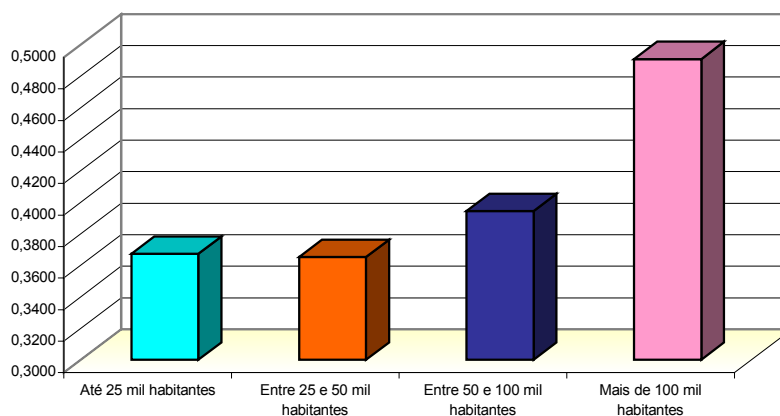
Gráfico 6 Distribuição da população cearense de acordo com o conceito obtido pelos municípios onde residem para o IDS-O



Ademais, similarmente ao IDS-R, pode-se verificar que os valores do IDS-O são, em média, maiores nos municípios mais populosos. Na verdade, a média é praticamente a mesma se forem comparados os municípios com até 25 mil habitantes e aqueles com uma população entre 25 e 50 mil habitantes. Mas, para os mais populosos verifica-se um aumento significativo, evidenciando que estes concentram mais as ofertas de bens e serviços públicos na área social. Estas constatações podem ser ilustradas com o auxílio do gráfico 7, adiante.

Portanto, estas informações revelam a necessidade premente de se dinamizar as condições de oferta existentes no Estado, especialmente nos municípios mais necessitados e nos menos populosos, principalmente se for considerado que tais condições são fundamentais e muito necessárias para a obtenção de bons resultados e para a ampliação da inclusão social.

Gráfico 7 – Valores do IDS-O de acordo com a população dos municípios



#### 6.4 Mensuração da relação entre o IDS-R e o IDS-O

Finalmente, pode-se perceber com base nos mapas apresentados que há uma razoável interseção entre os municípios que apresentam as melhores (piores) condições de oferta e aqueles que apresentaram os melhores (piores) resultados. Conforme foi mencionado anteriormente, esta relação entre o IDS-O e o IDS-R já era esperada, pois, melhores condições de oferta, de um modo geral, potencializam a obtenção de melhores resultados.

Uma forma de se medir o nível de associação entre essas variáveis é através do seguinte modelo econométrico<sup>6</sup>:

$$IDS - R_i = \beta_1 + \beta_2 \cdot \ln(IDS - O_i) + \sum_{\substack{k=1 \\ k \neq 16}}^{33} \alpha_k \cdot D_k + \varepsilon_i \quad (2)$$

onde,

$IDS - R_i$  = IDS-R do município "i";

$\ln(IDS - O_i)$  = Logaritmo natural do IDS-O do município "i"; e

$\beta_1$  = Intercepto;

$\beta_2$  = coeficiente angular da regressão;

$D_k$  = Conjunto de variáveis *dummies* regionais. Assumem o valor 1 se o município "i" pertence à microrregião "k" segundo a classificação do IBGE, e zero em caso contrário.

$\alpha_k$  = Parâmetros que acompanham as *dummies* regionais.

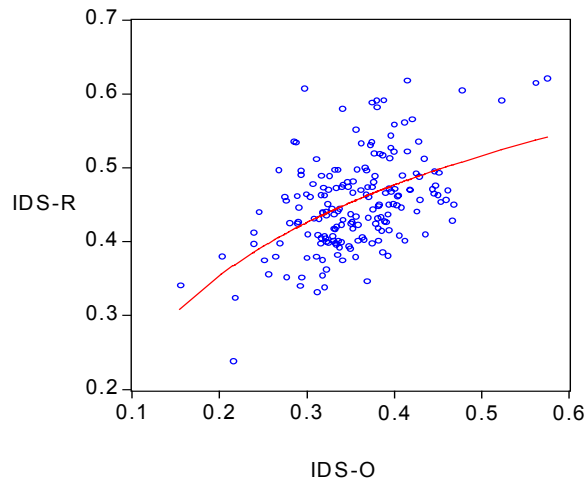
$\varepsilon$  = Termo aleatório.

Este modelo supõe que exista uma relação positiva entre as condições de oferta e os resultados obtidos na área social, ou seja, espera-se que a estimativa do parâmetro  $\beta_2$  seja positiva. Além disto, a forma funcional escolhida, que foi a que melhor se ajustou aos dados, sugere que à medida que o IDS-O aumenta há realmente uma tendência clara de aumento no IDS-R (a função logarítmica é sempre crescente), mas este aumento se daria a taxas decrescentes. Assim, se as previsões forem confirmadas após realizada a estimação do modelo, então, ter-se-

<sup>6</sup> A especificação do modelo econométrico foi feita em conformidade com o teste de especificação de Ramsey (RESET). Para maiores detalhes sobre este teste, ver GUJARATI (1995).

á que um aumento na oferta naqueles municípios que possuem os mais baixos valores para o IDS-O provocará um incremento mais significativo no IDS-R do que nos demais. O Gráfico 8, abaixo, ilustra esta idéia.

Gráfico 8 IDS-R vs. ln(IDS-O)



Neste contexto, pode-se mostrar que

$$\Delta\%(IDS - R_i) = \frac{\beta_2}{IDS - R_i} \times \Delta\%(IDS - O_i) \quad (3)$$

onde

$\Delta\%(IDS - R_i)$  = variação percentual do IDS-R do município "i"; e

$\Delta\%(IDS - O_i)$  = variação percentual do IDS-O do município "i".

Assim, se o Estado decidir aumentar a sua oferta de serviços na área social, será possível estimar o impacto no indicador de resultados de cada município de acordo com a expressão acima. Perceba que o verdadeiro valor de  $\beta_2$  é desconhecido, mas pode ser aproximado através da estimativa produzida pelo modelo econométrico proposto anteriormente.

Ademais, para se ter uma avaliação mais precisa desse impacto, deve-se considerar o efeito da inclusão de uma série de variáveis *dummies* regionais no modelo. Para a sua composição, foram consideradas todas as 33 microrregiões cearenses, com a exceção da Região 16, que abrange o município de Fortaleza e os demais municípios que fazem parte de sua microrregião, conforme a

classificação do IBGE. Em termos técnicos, esta exclusão justifica-se, pois, este procedimento evita a ocorrência do problema da multicolinearidade (GUJARATI, 1995). Em termos práticos, esta omissão é explicável, pois, estas variáveis *dummies* permitem captar as diferenças das demais regiões em relação à Microrregião de Fortaleza. Este argumento, sem dúvida, merece ser melhor qualificado.

Considerando-se o modelo econométrico acima, sem as *dummies* regionais, implicitamente estaria sendo assumido que dois municípios que possuem o mesmo IDS-O deveriam obter resultados muito próximos para o IDS-R. Mas, isto não é necessariamente verdade, pois, as características locais de cada região também devem ser muito importantes para determinar as suas condições na esfera social. Mais especificamente, aspectos tais como as condições climáticas, a disponibilidade de recursos hídricos, o grau de urbanização, a densidade demográfica, a proximidade da Microrregião de Fortaleza, as vocações econômicas naturais, etc. de cada região devem ser também fatores preponderantes para se medir a qualidade de vida de sua população. Em outras palavras, se a mesma oferta fosse dada para duas regiões distintas, muito provavelmente, os resultados obtidos tenderiam a ser razoavelmente diferentes devido a estas características locais.

Assim, as *dummies* regionais utilizadas permitiriam captar as diferenças entre as microrregiões cearenses, independentemente da oferta de bens e serviços na área social, tomando-se a Microrregião de Fortaleza como padrão. Portanto, os parâmetros estimados devem ser somados à estimativa de  $\beta_1$ , que representará o intercepto para a Microrregião de Fortaleza, para se verificar se cada região específica possui alguma vantagem ou desvantagem em termos de suas características locais em relação à esta microrregião. Mais especificamente, haverá vantagens caso a *dummy* de uma região específica seja estatisticamente significativa e maior que zero, e desvantagens se menor que zero. Caso uma variável seja considerada não significativa, isto indicará que suas condições iniciais são, em termos gerais, similares às da Microrregião de Fortaleza.

Os resultados da estimação da regressão proposta são apresentados na Tabela 1, adiante. Conforme se pode perceber com o auxílio desta tabela, o modelo proposto apresenta um razoável grau de ajustamento como indicam os valores do  $R^2$ , do  $R^2$  ajustado e do teste F, especialmente ao se levar em consideração que

esta é uma amostra de dados transversais e que existe um razoável grau de heterogeneidade entre os municípios cearenses.

No que diz respeito às variáveis explicativas, percebe-se que  $\ln(\text{IDS-O})$  é extremamente significativa do ponto de vista estatístico, conforme indica o seu teste t. Este resultado confirma a hipótese de que a oferta de bens e serviços na área social é um fator muito importante para determinar os resultados obtidos e, como o seu valor foi positivo, confirma-se, também, a hipótese inicial de que a relação entre oferta e resultados é positiva e que os impactos são diferenciados entre os municípios com menores e maiores valores para o IDS-O, conforme foi salientado anteriormente.

Tabela 1 Resultados da Regressão

VARIÁVEL	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	ESTATÍSTICA T	P-VALOR	
C	0.659295	0.028926	22.79235	0.0000	*
LOG(IDSO)	0.122597	0.026871	4.562356	0.0000	*
REG01	-0.083310	0.024018	-3.468627	0.0007	*
REG02	-0.104330	0.020128	-5.183247	0.0000	*
REG03	-0.115267	0.023715	-4.860448	0.0000	*
REG04	-0.094290	0.027512	-3.427267	0.0008	*
REG05	-0.065271	0.028779	-2.268031	0.0248	*
REG06	-0.129878	0.021942	-5.919068	0.0000	*
REG07	-0.080841	0.019406	-4.165688	0.0001	*
REG08	-0.071121	0.025305	-2.810530	0.0056	*
REG09	0.000626	0.024618	0.025420	0.9798	
REG10	-0.056544	0.025543	-2.213654	0.0284	*
REG11	-0.086155	0.024080	-3.577806	0.0005	*
REG12	-0.113576	0.027073	-4.195203	0.0000	*
REG13	-0.046963	0.023331	-2.012952	0.0459	*
REG14	-0.113847	0.020725	-5.493212	0.0000	*
REG15	-0.121884	0.020929	-5.823651	0.0000	*
REG17	-0.068299	0.023167	-2.948109	0.0037	*
REG18	-0.092453	0.027884	-3.315589	0.0011	*
REG19	-0.042429	0.033516	-1.265954	0.2075	
REG20	-0.105282	0.027086	-3.886878	0.0002	*
REG21	-0.065957	0.023815	-2.769574	0.0063	*
REG22	-0.057982	0.021658	-2.677110	0.0083	*
REG23	-0.023356	0.028592	-0.816884	0.4153	
REG24	-0.049034	0.053134	-0.922834	0.3576	
REG25	-0.043736	0.022305	-1.960769	0.0518	**
REG26	-0.092954	0.026287	-3.536192	0.0005	*
REG27	-0.107417	0.020654	-5.200909	0.0000	*
REG28	-0.119680	0.023812	-5.025947	0.0000	*
REG29	-0.136685	0.030291	-4.512358	0.0000	*
REG30	-0.145442	0.019704	-7.381386	0.0000	*
REG31	-0.099171	0.020750	-4.779419	0.0000	*
REG32	-0.079133	0.022534	-3.511665	0.0006	*
REG33	-0.106956	0.021374	-5.004035	0.0000	*
R <sup>2</sup>	0.547946		Estatística F	5.509664	
R <sup>2</sup> Ajustado	0.448494		P-valor (Estatística F)	0.000000	*

Notas: (a) Variável Dependente: IDS-R.

(b) Método de estimação: Mínimos Quadrados Ordinários.

(c) Observações Incluídas: 184.

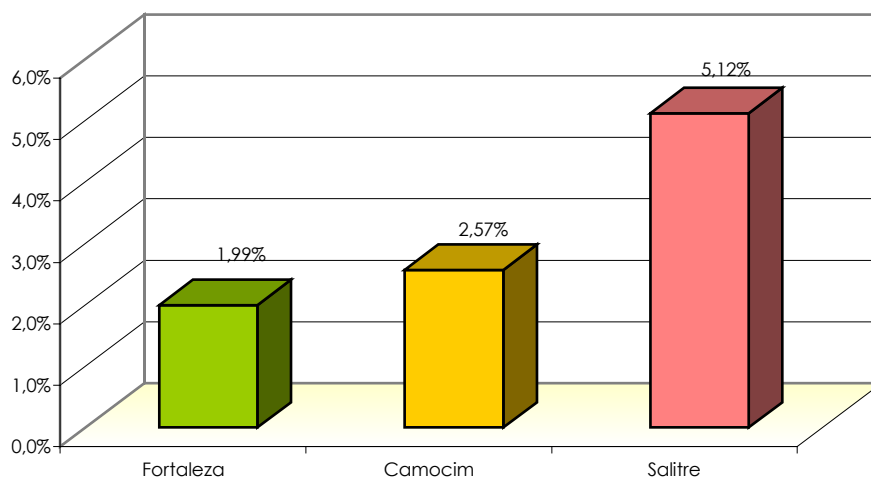
(d) Estimação com correção para heterocedasticidade pelo método de *White*.

(e) \* Significante a 5%. \*\* Significante a 10%.

Com o auxílio da expressão (3), acima, pode-se calcular, então, a variação percentual do IDS-R para cada município dada uma certa variação percentual no IDS-O. Portanto, a título de exemplo, considere os municípios de Fortaleza, Camocim e Salitre. Considere ainda que o governo irá aumentar o índice de oferta de cada um deles em 10%. Qual seria o efeito esperado sobre os seus resultados?

No caso em questão, tanto no que diz respeito ao indicador de oferta como ao de resultado, Fortaleza obteve o conceito “bom”, Camocim apresentou uma performance “regular” e Salitre ficou em uma das piores posições, com conceito “ruim”. Desta forma, o efeito de um aumento de 10% em seus indicadores de oferta, produzirá os seguintes aumentos em seus indicadores de resultados:

Gráfico 9 Variação esperada do IDS-R dado um aumento de 10% no IDS-O



Como se pode facilmente perceber com a ajuda do Gráfico 9, os municípios com menores níveis de oferta acabam se beneficiando mais deste aumento que os demais. No caso, se o índice de oferta aumentar em 10% para todos eles, então, espera-se um aumento de 5,12% em Salitre contra um aumento de apenas 1,99% em Fortaleza. Isto tende a acontecer, pois, em média, os municípios que apresentam as piores condições de oferta são, também, aqueles que apresentam resultados mais modestos. Assim, o aumento da oferta nesses municípios tenderá a ter um impacto muito mais profundo se comparado a outro município em que a oferta já é razoavelmente satisfatória. Ademais, deve-se ressaltar ainda que, em termos dos recursos necessários, é muito menos dispendioso para o Estado aumentar em 10% as condições de oferta em um município como Salitre do que em Fortaleza, por exemplo.



Deste modo, obtém-se uma conclusão muito importante a partir desta análise, qual seja: os esforços no sentido de dinamizar a oferta de serviços públicos na área social por parte do Governo estadual devem priorizar aqueles municípios que tem os níveis de oferta relativamente mais baixos. Esta seria a forma apropriada, portanto, de garantir uma certa convergência entre os indicadores sociais municipais e, também, de melhorar a inclusão social no Estado como um todo.

A análise das características locais também é fundamental neste contexto, pois, há certos municípios em que suas vantagens regionais acabam potencializando as condições de oferta, aumentando as condições para que melhores resultados sejam alcançados. Assim, faz-se necessária uma análise pormenorizada da estimação das variáveis *dummies* regionais, o que será feito a seguir.

No caso, todas essas variáveis mostraram-se estatisticamente significantes, com a exceção das regiões 9, 19, 23 e 24 (estas e as demais microrregiões podem ser identificadas com a ajuda do mapa a seguir). Ademais, percebe-se que os coeficientes das *dummies* que se mostraram significativas são todos negativos. Então, como interpretar estes resultados?

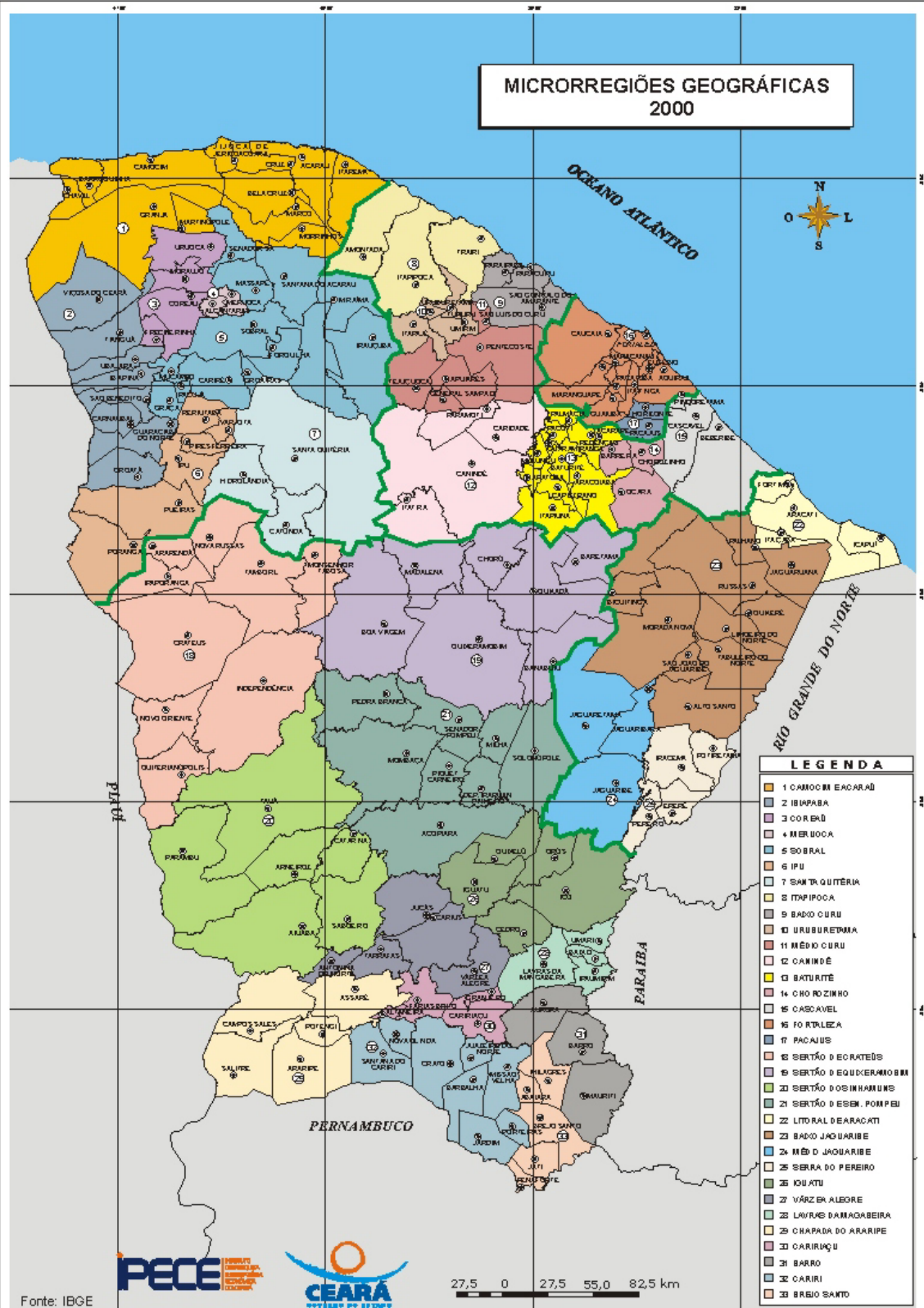
De uma maneira geral, pode-se perceber que se for traçado um raio de aproximadamente 300 Km em torno da cidade de Fortaleza, será possível identificar as microrregiões que apresentam as melhores condições, independente de sua oferta. Três fatores regionais parecem ser, portanto, fundamentais para se interpretar estes resultados: a proximidade da Microrregião de Fortaleza, uma vez que este município gera externalidades para os demais<sup>7</sup>; condições climáticas favoráveis e a disponibilidade de recursos hídricos; e as potencialidades econômicas naturais de cada microrregião.

Assim, como exemplo, pode ser citada a Região 9, que abrange os municípios de Paraipaba, Paracuru e São Gonçalo do Amarante. De fato, esta microrregião abrange municípios com forte vocação agrícola (inclusive para a agricultura irrigada) e turística e que, sem dúvida, são bastante beneficiados pela proximidade da capital, que representa o maior mercado consumidor e também um importante ponto de entrada para o fluxo de turistas que visitam o Estado. Portanto, não é de se estranhar que a sua dummy tenha sido extremamente insignificante do ponto de vista estatístico.

---

<sup>7</sup> Um exemplo das externalidades positivas geradas pelo município de Fortaleza diz respeito à oferta de serviços de saúde. No caso, vários municípios menores não dispõem de hospitais e postos de saúde e, caso possuam, nem todos eles contam com recursos médicos ou tecnológicos adequados. Isto faz que uma quantidade significativa de pessoas que residem em outros municípios, sobretudo nos mais próximos, venham até a capital para efetuar tratamentos médicos.

# MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS 2000



LEGENDA	
1	CANOCIM E CARAJÁ
2	IBAPABA
3	CORRÊAS
4	MERDOÇA
5	SOBRAL
6	IPU
7	SANTA QUIÉTICA
8	ITAPOICA
9	BADJO CURU
10	URUBURETAMA
11	MÉDIO CURU
12	CANINDÉ
13	SATURITE
14	CHOPO ZINHO
15	CASCAVEL
16	FORTALEZA
17	PACAUAS
18	SERTÃO DE CATECÉS
19	SERTÃO DE EQUENANOMBIM
20	SERTÃO DOS INHAMUNS
21	SERTÃO DE ESER. POMPEI
22	LITORAL DE ARACATI
23	BADJO JAGUARIBE
24	MÉDIO JAGUARIBE
25	SERRA DO PEREIRO
26	IOUATI
27	VÁZ DE ALBORE
28	LAVRAS DAMAGABEIRA
29	CHAPADA DO ARAUPE
30	CARIRUÇU
31	BARRO
32	CARIRI
33	BRIO SANTO

Fonte: IBGE



27,5 0 27,5 55,0 82,5 km

As demais regiões que obtiveram suas *dummies* insignificantes também se localizam relativamente próximas à capital e apresentam grandes potencialidades econômicas, principalmente na agricultura, uma vez que possuem recursos hídricos mais abundantes que a média do Estado. Na verdade, estas regiões, conforme pode ser verificado no mapa abaixo, estão localizadas no curso do Rio Jaguaribe, um dos mais importantes do Ceará, e compõem os agropólos do Baixo Jaguaribe e do Sertão Central.

As demais microrregiões apresentaram *dummies* regionais significantes do ponto de vista estatístico e os seus coeficientes estimados foram todos negativos, o que implica que estas apresentam uma tendência a obter resultados piores que a Microrregião de Fortaleza caso tenham condições de oferta similares. Isto indica que suas características regionais ou suas potencialidades econômicas não são intensas o suficiente para alavancar significativamente os seus resultados.

Vale salientar, entretanto, que há distinções importantes entre essas regiões e que, em termos relativos, aquelas mais próximas à capital possuem condições melhores que as demais. Os outros fatores locais também desempenham um papel importante nesta distinção. A título de exemplo, pode ser comparada a Região 13 com as regiões no sul do Estado (regiões 27 a 33).

A Região 13, de Baturité, abrange uma série de municípios serranos bastante próximos à capital, que apresentam condições climáticas bastante satisfatórias, uma riqueza hídrica razoável e potencialidades econômicas em expansão devido ao aumento do turismo e ao desenvolvimento da agricultura. Conforme os resultados indicam, esta região apresenta condições locais inferiores à da Microrregião de Fortaleza, mas bem melhores que as das demais regiões em análise que, além da distância, apresentam potencialidades econômicas modestas e uma certa deficiência de recursos hídricos, talvez com a exceção mais marcante do Cariri (Região 32), que abrange os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Assim, obtém-se mais uma justificativa bem fundamentada do ponto de vista metodológico para a intervenção governamental através de suas políticas sociais na tentativa de melhorar as condições de vida e aumentar a inclusão social nos municípios cearenses, principalmente daqueles que apresentam condições piores e/ou uma menor capacidade de melhoria a partir de suas características locais.

Ademais, estes resultados permitiram estabelecer princípios e metas para o IDS-R a partir das ações do Governo estadual sobre a oferta de serviços públicos, de forma a promover-se o crescimento com inclusão social, como será visto com maiores detalhes a seguir.

## 7 AS GRANDES METAS DE INCLUSÃO SOCIAL

De acordo com o exposto nas seções anteriores, os municípios cearenses foram agrupados de acordo com o nível de seus IDS-R e IDS-O. Em seguida, foi estabelecido que existe uma relação direta entre ambos os indicadores, ou seja, quanto maior for o IDS-O, maior será o IDS-R. Isto abre espaço e fundamenta toda a ação do governo, no sentido de determinar metas para o avanço do bem estar da sociedade através da intensificação da oferta de serviços públicos.

Como o objetivo síntese do atual plano de Governo é o Crescimento com Inclusão Social, as ações na área social devem ter um impacto nos indicadores de resultado superiores ao crescimento econômico. Ou seja, o crescimento do IDS-R deve ser superior ao crescimento do PIB. Portanto,

$$\Delta\% \text{ IDS-R} \geq \Delta\% \text{ PIB} \Rightarrow \text{CRESCIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL}$$

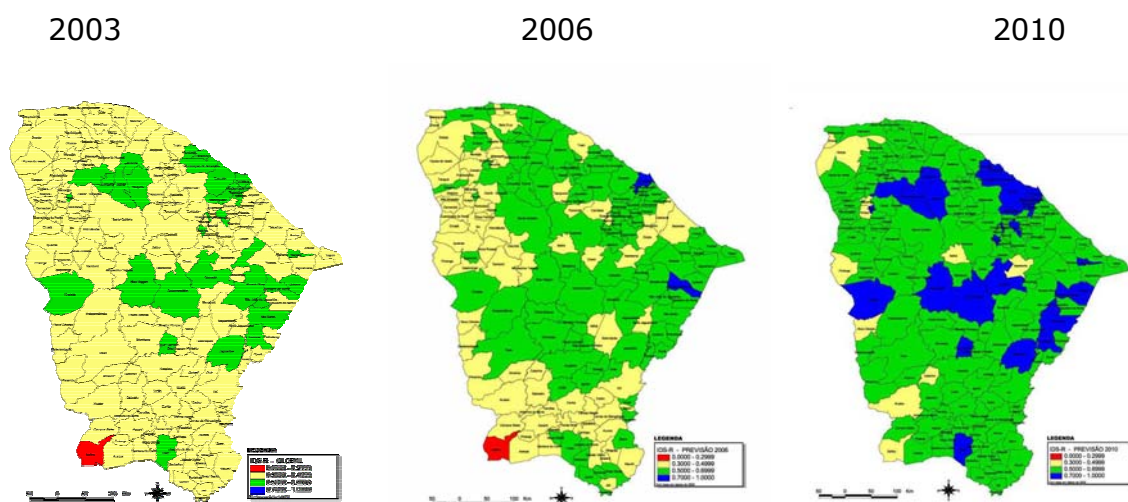
De acordo com projeções realizadas, estima-se que o PIB do Estado deverá crescer a uma taxa de 3,5% em 2004 e a uma taxa de 5% nos anos de 2004 e 2005. Portanto, para que haja crescimento com inclusão social, o IDS-R deverá crescer anualmente mais do que as taxas acima.

Seguindo esta orientação, foi calculado o valor médio, ponderado pela população de cada município, do IDS-R do Estado, obtendo-se o valor de 0,5163. A partir daí, foram estabelecidas como metas para o crescimento deste indicador até os anos de 2006 e 2010. Os resultados foram os que se seguem:

IDS-R	$\Delta\%$	Valor
2003		0,5163
2004	3,5%	0,5344
2005	5,0%	0,5611
2006	5,0%	0,5891

Esta é uma meta de crescimento do IDS-R em igual proporção da previsão de crescimento do PIB. Caso este crescimento ocorra na mesma proporção entre

todos os municípios, os resultados, comparados com o ano inicial (2003) serão os dos mapas a seguir:



Estes mapas refletem uma das intenções do atual Governo, que é promover a redução das desigualdades sociais, inclusive no território.

Os mapas resumem a situação atual do Desenvolvimento Social dos municípios cearenses e sua evolução, de acordo com as metas estabelecidas, de 2003 a 2006, e de 2006 até 2010. É uma forma de demonstrar o compromisso do atual Governo com o desenvolvimento social.

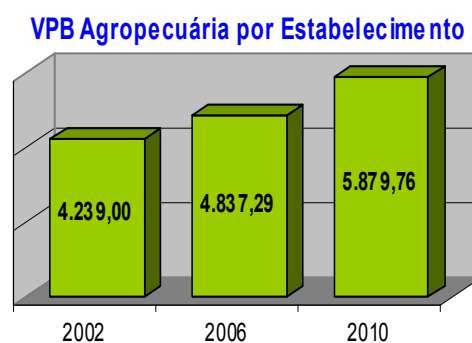
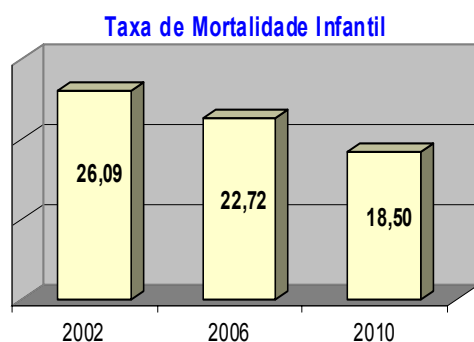
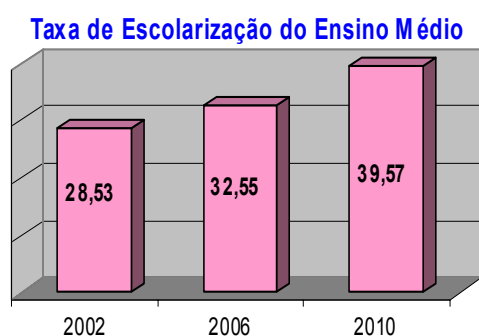
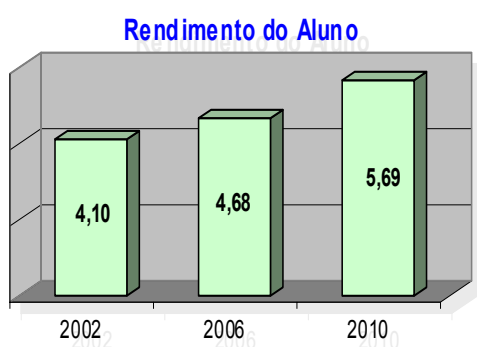
Espera-se que até o ano 2010 sensíveis melhorias sejam verificadas na grande parte dos municípios cearenses, de tal forma que aumente o nível de inclusão social no Estado.

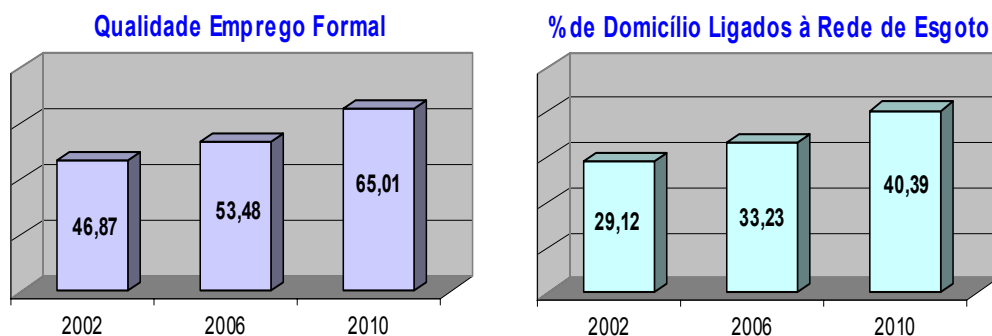
Cabe mais uma vez explicar o significado destes mapas. Sua cor azul significa uma situação ótima relativa ao Estado, o que não quer dizer que aqueles municípios azuis estão plenamente contemplados com os serviços públicos na área social. Na realidade, eles estão apenas numa situação mais vantajosa do que os demais. Além do mais, se todos os municípios estivessem azuis, significaria apenas que houve um processo de homogeneização do nível de desenvolvimento social entre os municípios. Portanto, os mapas refletem duas intenções de Governo: i) a Primeira é crescer com inclusão social; e ii) a segunda é reduzir os desníveis espaciais que existem dentro do Estado.

Deve-se perceber ainda que esses valores e os mapas apresentados precisam ser entendidos como simulações diante de uma situação esperada. De fato, como é impossível prever com total acurácia o comportamento da economia cearense até 2010, então, faz-se necessário salientar que no caso de se ter, por exemplo, uma taxa anual de crescimento para o PIB menor que a esperada, os valores do IDS-R poderão não ser os mesmos que foram listados acima. O importante é ressaltar que a meta firmada não diz respeito ao crescimento do produto, mas sim que a taxa de crescimento do IDS-R seja maior ou igual que a do PIB, qualquer que seja a sua magnitude.

## 8 METAS ESPECÍFICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

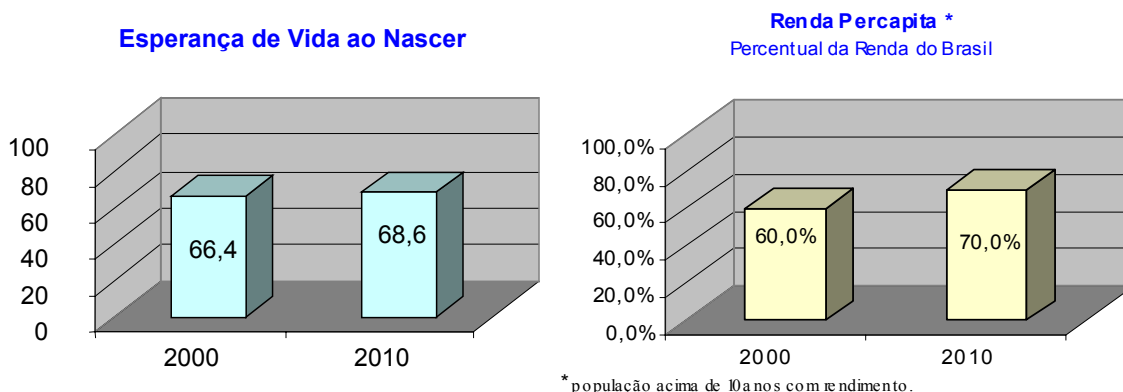
Considerando os princípios citados acima, foram estabelecidas metas de avanços sociais para o Estado do Ceará, dentre as quais são aqui se destacam as seguintes, com os seus respectivos indicadores e valores esperados até o ano 2010:



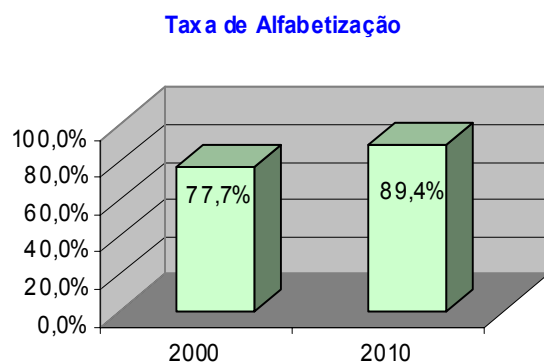


O crescimento dos indicadores mencionados nas proporções apresentadas permite crescer o IDS-R da forma discutida na seção anterior e, junto com outros indicadores, representam metas estabelecidas atualmente. Espera-se que seu avanço permita que em 2010, ano em que será realizado novo censo demográfico que deverá ser novamente avaliado o IDH do PNUD, seja possível identificar os avanços sociais do Estado e associá-los com mais propriedade às ações governamentais.

Como resultado disto, espera-se que as metas acima propostas se reflitam em resultados de alguns indicadores do IDH. Caso este indicador cresça na mesma proporção das metas estabelecidas, pode-se esperar os seguintes níveis para alguns indicadores cearenses, calculados para os anos censitários.



\* população acima de 10 anos com rendimento.



É evidente que na realidade as coisas não acontecem de forma tão linear e homogênea. Mesmo assim, os resultados aqui expostos são referências para se estabelecer metas a serem perseguidas e um sistema de monitoramento e avaliação dos indicadores inclusão social.

## **9 ESFORÇOS A SEREM DESENVOLVIDOS NOS PRÓXIMOS ANOS**

O que foi apresentado até o momento mostra a possibilidade de estabelecer metas de resultados. Todavia, para que elas sejam alcançadas, se faz necessário intervir aonde o Governo tem algum controle. No caso, o Governo pode garantir uma intervenção na oferta de serviços públicos. Portanto, para que as metas anteriores sejam alcançadas, o instrumento disponível pelo Estado é a oferta de serviços públicos na área social. A partir deles é que aquelas metas de resultados podem ser alcançadas. Portanto, foram analisados os diversos programas do Governo e selecionados aqueles que têm mais impacto direto sobre os resultados. Eles foram selecionados como os prioritários e nortearam a elaboração do PPA para o período 2004-2007.

Os principais programas selecionados foram:

- Capacitação ampla da população;
- Desenvolvimento do ensino fundamental e médio;
- Desenvolvimento da Gestão Educacional Participativa;
- Melhoria do nível de saúde da criança e do adolescente;
- Prevenção e controle de doenças crônico-degenerativas;
- Programa de saúde da família;
- Programa de saneamento básico;
- Universalização do atendimento com energia elétrica;
- Programas habitacionais;
- Atração de indústrias;
- Fomento e promoção do turismo;
- Plano Estadual de Qualificação (PEQ);



- Capacitação através do Centro Tecnológico do Ceará (CENTEC) e Centro Vocacional Tecnológico (CVT);
- Programas de apoio ao pequeno agricultor (Projeto São José, Hora de plantar etc.);
- Assistência técnica ao produtor rural;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
- Programa de ação fundiária;

A partir deles foram selecionadas as 14 principais metas de inclusão social, que deverão nortear os trabalhos nesta área até o ano de 2006, que é o ano de conclusão do atual Governo. Estas 14 metas são:

- Ampliar em 32% o número de estudantes matriculados no ensino médio público, até 2006;
- Reduzir em 47,7% o número de analfabetos de 15 anos e mais;
- Implementar ações de promoção da saúde, prevenção e controle dos agravos à saúde da mulher nos 184 municípios do Estado;
- Reduzir a desnutrição materna e infantil nos 99 municípios de menor IDH no Estado do Ceará;
- Beneficiar 806.476 pessoas através de ações de promoção da saúde, controle dos agravos degenerativos nas 21 microrregiões de saúde do Estado;
- Estimular a geração 9.375 ocupações, através da implantação de 2.995 microempresas sociais e cooperativas;
- Implantar 20 Centros de Trabalhos e Empreendedorismo, gerando 2.000 ocupações;
- Capacitar 60.000 pessoas nos CENTECs e CVTs;
- Promover a capacitação de 230.000 trabalhadores para inserção no mercado de trabalho;
- Ampliar o sistema de esgotamento sanitário em 28% dos domicílios do Estado do Ceará;
- Assegurar água tratada a 66% dos domicílios do Estado do Ceará;
- Elevar para 100% a taxa de atendimento de energia elétrica na zona rural do Estado;
- Atender 276 comunidades rurais através da implantação de projetos produtivos, de infra-estrutura, abastecimento d'água e eletrificação;

- Implantar e consolidar ações territoriais no ambiente de 17 agropólos, propiciando meios e apoio à produção e renda a 200.000 agricultores.

Estas metas relacionam-se com as principais ações governamentais que alcançam a oferta de serviços sociais e, por conseguinte elevam os resultados (IDS-R). A partir daí, é possível desenvolver todo um trabalho para superar os desafios mencionados na seção 2.

## **10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E METAS DE INCLUSÃO SOCIAL**

As metas expostas serão monitoradas e avaliadas pela ação integrada entre a SEPLAN, SIM e IPECE. Para tanto está sendo proposto o presente Sistema de Inclusão Social que se insere no atual Plano de Governo que se intitula *Crescimento com Inclusão Social*, o qual estimula o controle social sobre as políticas públicas a partir principalmente das Universidades, dos Conselhos, ONGs e sociedade civil em geral. Também conta com a ação voluntária de agentes sociais na direção dos objetivos propostos.

Tal sistema envolve uma ação compartilhada para a definição de metas de inclusão social e seu monitoramento e avaliação. Entre suas estratégias, destacam-se:

- Promover a integração entre os vários órgãos do Governo, priorizando a efetividade da inclusão social;
- Estimular o controle social das políticas públicas;
- Fortalecer processos e mecanismos de interlocução governo-sociedade;
- Estimular a visibilidade e a difusão de práticas e conceitos relacionados à inclusão social.

Suas ações pressupõem:

- elaboração de estudos e pesquisas para o aprimoramento constante de indicadores e metas de inclusão social;
- desenvolvimento de um sistema de acompanhamento governamental das metas propostas;
- implementação de estratégias de comunicação social sobre o sistema de inclusão social;
- estruturação de uma rede de observatórios de inclusão social;

- capacitação de atores do Governo e da sociedade para o diálogo sobre políticas e o exercício do controle social.

## **10.1 Atores Principais**

Integram o presente sistema:

- Governo do Estado e todas as suas secretarias, com destaque para a SEPLAN, a SIM e o IPECE, responsáveis pelo acompanhamento interno dos indicadores;
- Pacto de Cooperação, parceiro co-responsável pelo lançamento do Sistema e pelo trabalho de constituição de uma rede com forte dimensão regional e municipal;
- Universidades, para funcionarem como Observatórios de Inclusão, acompanhando com independência esses indicadores, e municiando os demais agentes de controle social com as informações necessárias; também terão um papel crucial como agência de qualificação e animação regional dos processos de controle social e ação voluntária;
- PLANEFOR e CMDS como âncoras municipais do sistema, congregando as demandas e iniciativas oriundas da Sociedade;
- Conselhos, ONGs, associações patronais e laborais, agências de cooperação internacionais e outros agentes sociais;
- Imprensa, que deverá ter função de destaque como Observatório de acompanhamento e espaço de animação do debate e repasse de informações;
- A Sociedade, que é insubstituível na motivação para os atores darem sua contribuição no desenvolvimento e no progresso do povo cearense.

## **10.2 O Caráter Inovador de um Sistema de Inclusão Social para o Ceará**

A principal inovação do sistema é permitir o acompanhamento do desempenho do estado e seus municípios, ano a ano, no que diz respeito a indicadores sociais. Essa objetividade e clareza têm vantagens políticas e técnicas, para dentro do Governo e para a sociedade, destacando-se:

- Politicamente, é a primeira vez que um governo explicita seus compromissos sociais de forma tão direta. Mais que isso, assume o compromisso de que os indicadores sociais crescerão mais do que o PIB de um determinado ano;

- Facilita o controle social;
- Oferece critérios claros para a hierarquização das ações de governo, priorizando aquelas consideradas centrais e dizendo o porquê; e dessa forma assumindo compromisso orçamentário de alocação de recursos nessas áreas;
- Internamente, o governo terá prioridades claras que valem para o conjunto das secretarias, o que é absoluta novidade na cultura gerencial do Estado brasileiro;
- Um conjunto de indicadores e metas, de alta qualidade técnica, que permite comparações nacionais e internacionais, e o acompanhamento por qualquer agência de estudos estatísticos de desenvolvimento. Permite ainda o mapeamento anual do estado, no que toca aos indicadores sociais, que podem ser desagregados por regiões, setores e grupos populacionais;
- Possibilita a montagem de um sistema lógico que liga um indicador, numa ponta, ao trabalho interno de uma secretaria, na outra; ou seja, pela primeira vez, o monitoramento abstrato, em tese, do órgão de planejamento, tem efeitos concretos nas opções cotidianas da política setorial.

Pelo que se percebe, o Sistema de Inclusão Social é um sofisticado arcabouço construindo logicamente, que permite ao governo e, ao mesmo tempo, à sociedade, congregarem esforços numa mesma direção, com a garantia de avaliação constante e segura dos resultados de sua ação. Garante a transparência das ações de governo, convoca a sociedade ao seu controle, busca atuar com ações estruturantes, fugindo do assistencialismo e assumindo o compromisso com um modelo de desenvolvimento includente. Aceita o risco de priorizar ações, tão difícil na cultura política brasileira, onde a falta de conhecimento sobre os problemas induz a demandas inviáveis que desmoralizam os governos.

### **10.3 Os observatórios de inclusão social**

Um dos instrumentos de controle social são os observatórios de inclusão, a serem constituídos nas Universidades, que funcionarão como espaços geradores de informação e formuladores de opinião, assim como de mobilização social. Devem desenvolver mecanismos eficientes e lúdicos, acessíveis aos mais amplos setores sociais, das metas e indicadores propostos nos planos governamentais.

Pela sua própria natureza, as Universidades, por serem nichos geradores e difusores de conhecimento, serão parceiros na estruturação dos Observatórios de Inclusão Social. Esses observatórios terão atuação regional, facilitando o acesso da população dos municípios às informações governamentais.

Além disso, os observatórios se constituirão em base sólida de informação digital, em termos de estrutura e de programa, como condição para análise crítica das políticas inclusivas, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas.

#### **10.4 Para que controle social?**

O Controle Social terá como resultado:

- A busca da efetiva participação da sociedade;
- O Governo e sociedade estabelecendo prioridades;
- O fortalecimento da Democracia;
- A transparência na gestão pública;
- O estímulo a capacitação e organização de entidades, conselhos, fóruns e ONGs para o exercício de seu papel político (inclusão política);
- Um princípio de Governabilidade em que todos são convocados a assumir-se como sujeitos, contribuindo para o fortalecimento da Democracia.

### **11 NOTA FINAL DE ESCLARECIMENTOS**

Este documento tem como ponto marcante os desafios de implementar um sistema complexo. Por isto, entende-se que ele é um ponto de partida de uma política inovadora. Como todo projeto inovador, ele passará por diversos aperfeiçoamentos. Seu aperfeiçoamento deverá ter, entre outras, as seguintes vertentes:

- qualificar os resultados dos indicadores calculados, uma vez que eles não revelam tudo o que está ocorrendo nos municípios. Na verdade, municípios com indicadores semelhantes poderão ter resultados qualitativos diferentes. Portanto, a primeira vertente de trabalho a partir do aqui apresentado será compreender melhor a realidade das diversas regiões do Estado;

- qualificar as dimensões consideradas, uma vez que existem particularidades setoriais que precisam ser mais bem esclarecidas. A título de exemplo, pode-se mencionar o caso da saúde. Existem situações em que municípios distintos apresentam indicadores semelhantes, mas que a qualidade e os avanços tecnológicos dos serviços prestados em cada um deles são diferentes. Em estudo mais apurado das diversas dimensões aqui consideradas permitirão tirar conclusões mais aprofundadas e melhor norteadoras de novas políticas;

Ele também constitui desafios, cujos resultados se difundem por toda a administração pública, propiciando a definição de novos métodos de gestão promoverão uma mudança de perspectiva, na qual a avaliação isolada de programas é substituída por uma visão integrada, que contempla tanto os aspectos setoriais e locais de cada programa assim como os seus efeitos dentro de um plano mais geral de ação do governo. Desta forma, será possível aumentar a eficiência alocativa dos recursos públicos, o que traria repercussões positivas sobre os seus graus de eficácia e de efetividade à medida que a aplicação de recursos se materializa em benefícios tangíveis, ou até mesmo intangíveis em alguns casos, para uma determinada população.

A partir desse passo inicial, serão desenvolvidos estudos e metodologias para avaliações. Para tanto, serão elaborados indicadores para aferir os resultados das diferentes ações do Estado e dos municípios, compatibilizando a disponibilidade de informações com os objetivos perseguidos por tais ações.

O resultado disto será uma ampla capacitação dos técnicos das instituições estaduais vinculadas ao sistema SEPLAN. Para tanto, deverão ser desenvolvidos estudos sobre concepção, elaboração, acompanhamento e avaliação e métodos e técnicas quantitativas e qualitativas de avaliação de políticas públicas.

Portanto, pretende-se avançar no sentido de:

- Aprimorar os indicadores de Oferta do Serviço Público, representado por ações, ou oferta de serviços à população estadual, municipal ou agrupamento de municípios. São insumos que terão a finalidade de interferir nas condições de oferta de serviços públicos, tendo em vista alterar as condições de vida da população-alvo;

- Desenvolver novos indicadores de Desenvolvimento Social, procurando avaliar os resultados como decorrentes das ações desenvolvidas, que representam insumos utilizados e seu desdobramento se reflete no desenvolvimento social.
- Aperfeiçoar os indicadores de gastos com a oferta de serviços públicos.

A finalidade de construir esses índices é gerar meios para avaliar a eficiência e a eficácia da gestão pública. Para isto, pretende-se construir os índices tais como:

- índice de eficiência: (índice de oferta/gastos por habitante);
- índice de eficácia: (índice de resultados/índice de oferta ou índice de gastos).

A partir daí, serão redefinidas as metas sociais, de forma a delinear as ações a serem desenvolvidas e as áreas e localidades onde elas devem ser mais intensas, tendo em vista elevar a qualidade de vida para um determinado nível (meta). Desta forma, haverá melhores condições para:

- posicionar políticas e seus impactos sobre a qualidade de vida da população;
- identificar as ações que foram mais eficazes e efetivas na determinação e na evolução das condições sociais no Estado;
- subsidiar alocação de recursos com critérios de escolha mais consistentes com os objetivos propostos pelo governo;
- mapear o Estado segundo os insumos, os produtos, a eficiência e a eficácia das políticas sociais.

## 12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAR-EL, R. (Org.) *Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará*. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

BARROS, R.P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, Texto para Discussão nº 800, jun. 2001.

DOWBOR, L.; KILSTAJN, S. (Orgs.) *Economia social no Brasil*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

DRAIBE, S. As políticas sociais nos anos 90. In: BAUMANN, R. (Org.) *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GUJARATI, D.N. *Basic econometrics*, 3.ed. Nova York: McGraw-Hill, 1995.

HORN, R.V. *Statistical indicators for the economic and social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

IPLANCE. *Índice de desenvolvimento municipal – 2000*. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2001.

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico social do Ceará*. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

KAYANO, Jorge & CALDAS, Eduardo Lima. *Indicadores para o Diálogo*. São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania - EASP/FGV, 2001.

NERI, M.C. (Coord.) *Mapa da exclusão digital*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

RAY, D. *Development economics*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ROSA, A.L.T. da et al. *A indústria nordestina sob a ótica da competitividade sistêmica*. Fortaleza: EUFC/SUDENE/ACEP, 2000.

ROSA, A.L.T. da; KHAN, A.S. (Orgs.) *Nordeste: reflexões sobre aspectos setoriais e locais de uma economia*. Fortaleza: CAEN, 2002.

SILVA, R.T. *Eficiência e eficácia da ação governamental: uma análise comparativa de sistemas de avaliação*. Brasília: IPEA, 2002.



**A N E X O S**



Tabela A.1 Indicadores do Índice de Desenvolvimento Social - Resultado

Municípios	Taxa de escolarização no ensino fundamental (2002)	Taxa de escolarização no ensino médio (2002)	Taxa de promoção da 4ª para 5ª série (2002)	Taxa de mortalidade de infantil (2000-2002)	Taxa de mortalidade materna (2001)	Taxa de internação por AVC (2002)	Proporção de domicílio urbano com esgotamento sanitário (2000)	Proporção de domicílio urbanos com abastecimento de água (2000)	Consumo residencial médio de energia elétrica (2002)	Índice de qualidade e do emprego formal (2001)	Tamanho médio dos estabelecimentos (2001) <sup>1</sup>	Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural (2002)	Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural (2001)
<b>CEARÁ</b>	<b>94,22</b>	<b>29,77</b>	<b>86,51</b>	<b>26,09</b>	<b>73,60</b>	<b>7,98</b>	<b>44,52</b>	<b>79,76</b>	<b>1.044</b>	<b>46,87</b>	<b>9,64</b>	<b>7,31</b>	<b>4.239</b>
Abaiara	92,74	20,02	95,29	19,19	0,00	12,96	0,49	52,67	571	0,87	4,00	36,06	2.178
Acarape	85,77	8,58	94,46	20,89	0,00	5,18	1,31	79,75	683	24,34	13,31	10,56	12.801
Acaraú	99,79	22,61	92,56	25,20	97,30	5,23	15,51	64,96	738	28,50	7,40	32,58	9.660
Acopiara	96,21	18,76	91,30	30,19	217,90	11,57	22,95	81,40	637	24,78	4,52	22,46	2.416
Aiuaba	87,53	15,08	89,94	40,00	0,00	5,44	0,35	93,39	499	0,50	0,50	4,68	1.513
Alcântaras	90,65	23,76	89,64	13,81	0,00	3,08	24,71	71,26	500	7,88	0,00	17,27	1.828
Altaneira	80,47	26,45	92,81	34,81	0,00	8,51	5,60	83,76	467	20,35	1,83	17,70	2.103
Alto Santo	99,59	15,90	91,19	21,88	0,00	1,27	41,90	74,81	806	70,78	33,24	22,24	9.279
Amontada	95,04	27,13	86,26	23,51	0,00	6,80	18,27	65,66	600	34,83	2,25	36,40	5.921
Antonina do Norte	95,57	24,86	92,80	51,28	0,00	8,81	17,78	84,62	574	4,66	2,25	8,05	3.232
Apuiarés	92,77	24,58	98,39	25,68	0,00	2,28	5,46	93,49	548	20,63	2,67	25,48	4.645
Aquiraz	95,60	19,54	81,69	18,21	104,10	6,30	41,37	10,71	1.118	38,95	15,57	13,00	21.532
Aracati	96,53	34,11	90,32	22,98	169,20	13,90	2,13	79,59	935	23,97	10,27	32,00	11.610
Aracoiaba	91,11	31,61	96,83	22,80	217,90	4,92	5,87	41,04	602	71,57	20,31	22,47	2.333
Ararendá	99,09	25,37	89,96	16,46	0,00	4,92	0,00	88,36	519	6,65	1,29	12,88	3.127
Araripe	99,77	15,85	94,13	22,70	214,60	7,47	18,81	75,54	437	20,00	1,73	13,12	3.162
Aratuba	94,38	32,11	93,62	8,12	0,00	5,50	29,59	94,67	496	15,96	1,20	59,73	2.812
Arneiroz	90,11	23,60	94,35	40,54	0,00	2,64	15,83	86,03	574	3,05	2,00	17,10	3.048
Assaré	96,21	16,92	87,41	27,57	0,00	5,67	2,24	80,92	595	4,62	1,88	16,86	2.021
Aurora	90,67	21,11	86,26	38,67	0,00	2,37	1,45	71,51	665	11,96	1,88	40,56	1.967
Baixio	90,14	24,09	87,73	45,60	0,00	13,83	3,28	90,00	684	1,28	1,50	28,17	2.106
Banabuiú	99,44	22,07	82,93	31,82	0,00	6,04	6,09	93,79	707	20,18	8,00	30,45	6.263
Barbalha	93,35	30,32	88,34	18,37	84,20	19,45	7,30	90,78	820	29,20	9,93	9,95	5.032
Barreira	97,77	32,42	84,46	17,39	349,70	4,57	0,44	57,14	666	38,73	4,30	25,73	9.611
Barro	98,97	28,82	92,51	17,64	0,00	9,43	2,47	66,15	667	7,46	3,43	27,34	2.720
Barroquinha	99,93	13,58	89,87	68,43	0,00	0,71	0,25	68,22	536	9,89	5,40	30,53	9.325
Baturité	100,00	30,23	81,48	22,66	0,00	12,82	48,39	74,69	717	20,16	3,60	13,84	1.791

(Continuação)

Municípios	Taxa de escolarização no ensino fundamental (2002)	Taxa de escolarização no ensino médio (2002)	Taxa de promoção da 4ª para 5ª série (2002)	Taxa de mortalidade de infantil (2000-2002)	Taxa de mortalidade materna (2001)	Taxa de internação por AVC (2002)	Proporção de domicílio urbano com esgotamento sanitário (2000)	Proporção de domicílio urbanos com abastecimento de água (2000)	Consumo residencial médio de energia elétrica (2002)	Índice de qualidade e do emprego formal (2001)	Tamanho médio dos estabelecimentos (2001) <sup>1</sup>	Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural (2002)	Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural (2001)
Beberibe	99,88	21,59	90,39	27,18	115,20	6,67	2,56	12,81	891	23,43	11,93	14,21	11.296
Bela Cruz	88,38	22,49	91,10	41,82	394,50	7,62	0,88	60,44	636	15,59	15,00	11,62	3.762
Boa Viagem	98,10	18,70	89,59	28,95	0,00	4,53	72,48	95,06	640	17,90	2,71	14,24	2.000
Brejo Santo	97,41	31,06	78,60	22,30	0,00	21,27	48,13	84,58	787	8,84	3,74	22,58	3.347
Camocim	93,38	29,25	92,31	30,54	75,50	6,03	16,80	79,02	741	15,60	5,53	8,37	19.035
Campos Sales	92,44	25,19	92,87	30,83	0,00	14,21	36,26	72,16	533	11,92	3,80	4,57	2.611
Canindé	92,70	24,87	89,77	21,90	131,90	8,84	21,26	89,22	736	21,83	4,23	6,53	2.156
Capistrano	99,88	30,79	87,37	25,29	0,00	3,15	42,35	72,24	644	3,33	1,70	35,19	1.705
Caridade	95,29	20,32	92,04	25,13	0,00	11,68	2,73	47,29	577	8,39	17,44	12,31	2.997
Cariré	87,13	16,86	91,96	23,69	296,70	6,92	6,91	84,56	651	3,49	3,14	14,72	3.050
Caririçu	94,51	17,25	91,41	30,16	0,00	11,63	7,73	91,49	536	7,33	3,75	23,57	1.417
Cariús	94,86	18,06	97,24	30,63	295,90	1,07	2,69	75,24	586	1,50	2,45	32,80	1.585
Carnaubal	96,39	21,30	88,77	30,60	0,00	7,71	0,47	93,06	533	9,19	2,00	23,13	2.094
Cascavel	99,91	25,96	80,27	20,08	87,40	7,78	2,10	17,06	858	18,54	23,88	8,51	5.641
Catarina	50,31	12,99	80,44	25,41	0,00	7,97	2,42	93,52	484	18,08	0,00	7,66	2.207
Catunda	89,67	28,21	95,13	15,09	0,00	14,94	0,70	87,77	612	10,66	9,29	17,01	2.157
Caucaia	92,77	22,80	89,84	23,80	75,20	4,32	53,19	70,74	966	39,62	8,80	2,47	12.963
Cedro	99,80	33,19	96,60	32,02	0,00	20,16	3,65	50,42	666	16,43	3,14	22,42	1.955
Chaval	93,94	26,21	95,93	38,29	487,80	0,00	1,45	38,08	592	7,14	1,83	11,62	2.993
Choró	99,78	17,56	92,34	20,37	0,00	10,60	4,85	73,18	500	19,47	2,50	41,44	2.820
Chorozinho	96,45	18,82	69,67	23,74	0,00	4,64	0,26	26,15	641	13,56	55,89	24,02	12.140
Coreaú	98,35	26,89	80,62	23,77	0,00	1,46	17,56	73,82	572	9,09	2,04	6,06	3.110
Crateús	96,58	29,72	87,23	20,98	69,20	14,35	55,77	85,98	789	29,74	3,53	8,30	4.974
Crato	97,19	36,98	89,18	31,20	82,90	14,31	43,20	87,81	984	34,89	5,24	6,84	2.370
Croatá	91,72	35,08	85,05	20,15	261,80	15,94	21,58	85,75	492	3,96	1,00	48,57	2.128
Cruz	93,76	20,19	92,43	37,35	0,00	9,54	3,12	48,36	730	25,27	1,56	20,49	6.151
Dep.Irapuan Pinheiro	99,80	28,54	98,28	20,04	0,00	3,54	0,66	87,60	491	16,78	1,00	28,10	1.596
Ererê	96,90	18,64	85,22	40,00	0,00	14,36	66,42	93,36	728	5,28	1,00	23,80	2.525

(Continuação)

Municípios	Taxa de escolarização no ensino fundamental (2002)	Taxa de escolarização no ensino médio (2002)	Taxa de promoção da 4ª para 5ª série (2002)	Taxa de mortalidade de infantil (2000-2002)	Taxa de mortalidade materna (2001)	Taxa de internação por AVC (2002)	Proporção de domicílio urbano com esgotamento sanitário (2000)	Proporção de domicílio urbanos com abastecimento de água (2000)	Consumo residencial médio de energia elétrica (2002)	Índice de qualidade e do emprego formal (2001)	Tamanho médio dos estabelecimentos (2001) <sup>1</sup>	Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural (2002)	Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural (2001)
Eusébio	99,84	28,12	86,50	21,74	0,00	4,14	29,71	7,84	1.162	50,24	28,70	4,88	17.239
Farias Brito	92,81	26,34	83,64	28,87	235,80	10,54	2,23	85,31	541	10,86	2,78	24,05	1.099
Forquilha	99,85	23,69	93,28	33,56	520,80	5,01	58,08	96,68	679	51,72	6,40	13,06	3.566
Fortaleza	91,12	41,35	78,92	20,39	43,10	6,59	63,42	87,21	1.488	60,63	8,95	0,11	60.946
Fortim	99,49	26,23	92,22	14,25	0,00	7,15	2,21	33,06	769	23,91	20,77	40,65	10.244
Frecheirinha	99,25	23,32	87,13	56,41	0,00	9,77	5,91	70,32	670	2,79	5,50	7,28	2.453
General Sampaio	100,00	21,76	96,44	17,19	0,00	6,36	0,37	93,35	530	0,30	0,00	18,80	3.274
Graça	99,11	12,40	95,26	52,19	327,90	5,37	1,28	60,59	553	14,81	2,00	29,62	1.734
Granja	84,76	9,01	83,44	47,05	0,00	2,20	1,39	78,53	532	7,31	5,75	4,03	2.743
Granjeiro	90,59	21,92	84,85	38,92	0,00	12,93	19,01	86,62	647	0,40	1,00	19,59	1.770
Groaíras	99,30	23,95	89,44	37,44	0,00	4,51	22,10	95,02	637	18,38	1,82	19,94	2.777
Guaiúba	99,35	17,75	90,77	21,63	0,00	9,82	9,86	68,90	623	16,06	11,67	29,66	5.310
Guaraciaba do Norte	99,94	17,11	86,45	31,05	0,00	9,71	7,29	81,50	635	6,57	3,30	39,61	3.979
Guaramiranga	95,72	30,83	96,69	8,57	0,00	1,72	58,65	50,50	1.117	9,49	12,80	20,81	6.825
Hidrolândia	99,49	17,04	95,88	12,02	277,00	10,20	6,23	72,12	653	11,05	2,14	14,39	3.523
Horizonte	99,81	25,97	87,68	23,17	0,00	3,78	3,31	4,60	768	27,03	53,98	6,04	56.965
Ibaretama	100,00	15,81	87,39	36,73	0,00	13,25	3,60	16,38	601	7,79	2,43	35,45	4.726
Ibiapina	91,70	15,84	85,28	30,18	0,00	7,96	1,13	81,68	633	6,26	5,00	46,29	7.843
Ibicuitinga	99,53	27,70	97,03	28,52	0,00	5,20	26,19	93,93	576	5,99	2,25	23,74	3.355
Icapuí	91,34	22,80	69,44	13,99	0,00	5,44	2,73	89,85	771	35,26	10,68	11,90	9.919
Icó	89,63	17,83	92,52	41,30	421,90	9,37	14,24	93,75	794	12,33	3,03	23,02	2.124
Iguatu	91,26	39,33	84,86	22,37	0,00	10,94	15,00	90,72	958	26,13	7,31	19,46	3.662
Independência	90,50	22,28	81,14	30,21	0,00	8,62	70,07	77,58	664	8,42	4,32	20,56	4.147
Ipaporanga	97,37	21,66	92,56	26,77	0,00	13,24	0,46	97,35	559	2,07	0,75	20,24	3.980
Ipauimirim	89,17	16,97	76,80	47,70	0,00	12,08	36,77	81,42	685	71,43	7,06	19,62	2.039
Ipu	92,00	27,38	96,63	34,06	0,00	10,30	6,79	70,42	737	15,24	3,32	11,24	2.807
Ipueiras	94,61	18,16	90,79	28,75	128,20	11,06	13,14	69,23	606	5,83	1,73	11,20	2.396
Iracema	92,49	27,60	92,01	22,54	0,00	6,16	52,49	93,97	744	21,87	2,13	11,78	3.463
Irauçuba	95,68	13,97	93,95	21,30	0,00	3,49	47,53	81,02	640	17,47	3,40	20,17	3.916
Itaiçaba	87,03	45,70	86,76	0,00	0,00	7,39	8,27	56,84	628	20,04	12,67	36,50	7.066

(Continuação)

Municípios	Taxa de escolarização no ensino fundamental (2002)	Taxa de escolarização no ensino médio (2002)	Taxa de promoção da 4ª para 5ª série (2002)	Taxa de mortalidade de infantil (2000-2002)	Taxa de mortalidade materna (2001)	Taxa de internação por AVC (2002)	Proporção de domicílio urbano com esgotamento sanitário (2000)	Proporção de domicílio urbanos com abastecimento de água (2000)	Consumo residencial médio de energia elétrica (2002)	Índice de qualidade e do emprego formal (2001)	Tamanho médio dos estabelecimentos (2001) <sup>1</sup>	Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural (2002)	Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural (2001)
Itaitinga	86,19	14,99	83,87	16,99	0,00	3,60	81,97	57,46	856	36,23	12,62	8,54	7.782
Itapajé	98,84	22,33	85,80	25,71	185,90	5,16	20,31	83,90	734	19,51	15,66	13,37	3.731
Itapipoca	100,00	25,53	87,72	29,50	107,80	8,78	15,17	76,08	806	22,58	17,22	13,48	3.563
Itapiúna	99,53	25,54	89,11	19,83	0,00	4,71	25,15	76,91	538	16,88	1,67	24,25	2.582
Itarema	99,96	20,51	97,25	21,45	0,00	9,25	8,69	39,90	691	8,85	18,79	22,41	11.189
Itatira	99,97	15,30	93,53	42,30	0,00	13,21	1,87	58,13	453	10,88	1,40	17,39	2.777
Jaguaretama	95,83	19,87	94,69	23,30	872,10	8,83	86,21	62,42	734	12,74	10,62	26,68	5.161
Jaguaribara	99,89	21,81	84,85	30,14	0,00	20,13	6,18	95,33	828	26,61	5,31	19,42	5.496
Jaguaribe	95,95	31,70	89,70	26,66	0,00	4,77	66,97	96,66	794	22,67	5,44	25,94	3.291
Jaguaruana	92,78	28,57	84,23	22,46	0,00	8,84	5,73	84,95	747	18,49	10,63	33,51	2.798
Jardim	88,08	20,39	89,53	18,86	0,00	13,00	67,45	87,85	615	3,86	1,43	31,93	1.340
Jati	86,50	30,32	96,49	18,82	0,00	17,69	1,82	90,01	616	3,61	2,00	30,49	2.206
J. de Jericoacoara	78,81	22,72	92,19	20,43	0,00	2,99	18,54	57,06	908	31,10	1,40	13,88	2.753
Juazeiro do Norte	90,44	33,91	83,68	22,01	158,40	19,52	34,47	91,08	929	26,27	6,80	2,40	5.911
Jucás	97,62	28,57	91,75	18,97	0,00	13,50	19,45	85,50	618	12,34	8,76	25,24	2.156
L. da Mangabeira	89,05	22,63	83,65	34,86	168,60	13,10	7,67	86,57	648	7,57	1,95	28,30	2.078
Limoeiro do Norte	90,27	34,50	95,84	18,46	0,00	14,82	93,97	75,70	911	31,98	5,49	59,65	6.154
Madalena	99,69	16,81	90,14	21,48	0,00	1,96	7,98	85,84	591	4,13	2,70	17,85	4.438
Maracanaú	99,98	37,70	82,80	19,27	78,10	3,31	52,46	84,31	940	52,68	28,56	0,20	20.499
Maranguape	84,76	29,62	89,51	17,68	125,20	7,31	64,15	69,96	847	22,96	32,86	18,96	6.384
Marco	99,93	23,38	88,50	33,00	160,80	2,95	5,06	73,84	664	10,93	17,62	21,39	4.321
Martinópolis	99,74	15,15	90,21	20,80	0,00	3,31	38,11	80,75	462	18,56	1,78	1,23	5.289
Massapê	100,00	15,02	93,53	42,93	0,00	1,30	7,96	63,46	641	12,76	5,31	8,18	4.632
Mauriti	91,37	16,14	82,19	23,75	0,00	8,28	7,14	78,78	655	21,41	3,52	23,99	2.796
Meruoca	99,34	22,51	86,12	30,17	0,00	10,41	18,61	48,94	585	5,30	3,29	23,22	2.925
Milagres	91,91	19,65	91,21	21,69	0,00	17,43	23,83	78,83	696	11,34	6,52	29,41	2.611
Milhã	92,71	23,21	87,91	34,29	0,00	3,02	0,74	93,62	686	5,09	1,83	31,06	3.869
Miraíma	87,17	18,67	89,89	27,42	0,00	10,25	57,24	82,86	662	35,19	16,00	29,29	4.003
Missão Velha	94,14	20,19	91,28	40,74	0,00	19,52	4,58	79,43	654	13,05	2,29	45,21	3.826

(Continuação)

Municípios	Taxa de escolarização no ensino fundamental (2002)	Taxa de escolarização no ensino médio (2002)	Taxa de promoção da 4ª para 5ª série (2002)	Taxa de mortalidade de infantil (2000-2002)	Taxa de mortalidade materna (2001)	Taxa de internação por AVC (2002)	Proporção de domicílio urbano com esgotamento sanitário (2000)	Proporção de domicílio urbanos com abastecimento de água (2000)	Consumo residencial médio de energia elétrica (2002)	Índice de qualidade e do emprego formal (2001)	Tamanho médio dos estabelecimentos (2001) <sup>1</sup>	Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural (2002)	Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural (2001)
Mombaça	91,15	15,72	95,83	31,72	111,60	8,96	33,52	77,81	654	7,15	2,54	23,07	2.081
Monsenhor Tabosa	87,41	18,02	84,31	22,82	0,00	4,84	1,21	53,62	518	5,49	1,33	16,00	4.123
Morada Nova	96,26	23,95	88,00	23,61	183,80	8,24	24,50	90,48	759	26,56	9,17	32,61	4.056
Moraújo	99,59	23,09	89,61	14,53	0,00	8,33	7,47	77,19	518	13,11	1,00	4,82	4.426
Morrinhos	81,50	16,55	88,23	52,06	0,00	1,07	61,28	85,20	588	13,68	8,44	8,69	3.300
Mucambo	99,66	30,05	77,57	35,41	0,00	11,27	0,91	63,74	573	5,36	2,00	3,64	2.378
Mulungu	93,84	25,25	76,27	21,90	0,00	8,77	23,23	72,71	580	1,81	2,50	41,26	3.517
Nova Olinda	99,87	25,97	94,98	24,45	450,50	14,72	47,26	80,93	550	10,44	8,80	8,27	1.836
Nova Russas	95,06	25,42	88,36	29,15	166,40	12,87	5,14	92,42	712	22,58	2,44	8,73	3.333
Novo Oriente	100,00	17,23	90,61	28,33	0,00	18,12	5,28	5,19	585	18,12	7,25	14,50	3.151
Ocara	97,31	26,14	90,80	33,93	0,00	5,47	3,54	9,66	538	26,19	1,60	23,75	3.777
Orós	94,03	31,83	83,57	26,91	0,00	10,44	36,28	91,48	683	11,22	2,79	12,62	2.323
Pacajus	98,25	26,34	91,47	24,94	104,70	4,29	12,31	30,36	882	39,14	14,65	3,05	29.699
Pacatuba	86,92	20,91	88,64	15,18	0,00	2,74	62,00	87,29	866	24,03	27,95	4,97	6.942
Pacoti	88,43	30,12	85,66	15,43	0,00	9,01	64,33	48,65	606	14,99	2,50	34,61	3.343
Pacujá	99,19	29,01	92,96	19,17	0,00	10,36	73,65	77,49	692	20,34	1,00	18,33	3.241
Palhano	88,39	35,10	87,55	27,93	0,00	15,83	70,24	62,28	554	5,87	1,91	20,05	2.655
Palmácia	99,50	32,94	97,20	24,34	0,00	4,09	1,55	71,29	560	13,73	2,18	22,90	4.453
Paracuru	96,02	24,78	88,77	21,16	0,00	4,84	60,25	21,72	840	44,72	6,38	28,28	19.874
Paraipaba	99,61	28,84	87,90	19,12	165,00	7,88	88,01	74,15	745	10,98	5,59	66,94	19.076
Parambu	90,57	13,13	87,27	33,07	0,00	11,90	15,55	79,38	520	3,20	2,33	17,85	3.439
Paramoti	99,57	16,51	85,54	25,64	0,00	2,71	3,99	75,21	570	10,86	6,43	13,08	2.362
Pedra Branca	95,84	17,87	92,88	27,82	132,80	7,29	59,39	85,50	510	17,32	2,64	19,70	1.608
Penaforte	99,38	60,28	85,38	15,87	0,00	29,40	56,04	74,18	627	9,00	2,60	23,70	1.793
Pentecoste	99,80	30,82	95,25	26,55	144,10	7,04	33,79	82,18	633	9,59	5,74	17,50	3.790
Pereiro	98,52	24,21	89,39	19,54	0,00	5,22	1,35	83,52	548	15,08	3,11	27,15	1.437
Pindoretama	99,68	23,04	79,28	14,27	0,00	5,10	0,59	58,33	834	22,35	9,86	19,73	25.977
Piquet Carneiro	99,57	16,52	92,69	38,18	0,00	9,90	85,67	90,91	558	21,21	1,83	18,82	1.979
Pires Ferreira	97,18	21,15	89,71	29,74	0,00	12,99	0,42	84,60	638	2,42	0,00	28,09	2.428

(Continuação)

Municípios	Taxa de escolarização no ensino fundamental (2002)	Taxa de escolarização no ensino médio (2002)	Taxa de promoção da 4ª para 5ª série (2002)	Taxa de mortalidade de infantil (2000-2002)	Taxa de mortalidade materna (2001)	Taxa de internação por AVC (2002)	Proporção de domicílio urbano com esgotamento sanitário (2000)	Proporção de domicílio urbanos com abastecimento de água (2000)	Consumo residencial médio de energia elétrica (2002)	Índice de qualidade e do emprego formal (2001)	Tamanho médio dos estabelecimentos (2001) <sup>1</sup>	Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural (2002)	Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural (2001)
Poranga	94,81	12,60	78,49	34,39	0,00	6,73	1,17	77,52	406	7,51	3,00	7,69	3.172
Porteiras	99,81	25,84	90,55	26,17	0,00	15,20	46,99	85,88	565	19,67	1,58	47,45	2.384
Potengi	99,72	14,12	75,00	23,08	0,00	2,14	3,25	90,06	502	7,40	0,80	9,38	1.474
Potiretama	84,51	22,88	93,41	12,58	0,00	1,73	2,55	87,27	713	13,50	18,67	23,30	3.169
Quiterianópolis	92,04	13,82	94,34	27,60	316,50	5,35	13,97	72,36	595	3,08	1,75	22,50	2.239
Quixadá	98,00	32,80	94,20	23,77	0,00	9,95	65,52	86,74	804	24,92	4,23	14,88	12.374
Quixelô	99,67	25,48	90,37	23,92	0,00	5,77	13,44	91,01	546	12,84	2,25	40,90	3.833
Quixeramobim	99,94	27,43	87,94	20,67	75,90	12,15	45,14	92,73	735	18,85	6,36	28,14	9.407
Quixeré	97,57	28,56	85,96	19,94	302,10	2,86	4,15	81,96	697	21,15	57,71	72,50	25.956
Redenção	99,82	44,92	93,97	21,02	0,00	5,11	20,54	54,31	680	34,14	6,24	12,77	2.757
Reriutaba	88,83	16,40	88,80	29,29	0,00	2,27	2,69	72,67	724	2,29	2,29	12,21	2.064
Russas	95,77	29,78	84,47	23,30	82,10	13,26	17,16	79,69	868	37,08	5,65	20,29	2.894
Saboeiro	93,18	20,47	89,26	20,95	299,40	1,22	2,14	82,52	530	3,04	1,20	11,56	2.304
Salitre	90,74	0,00	84,67	41,71	283,30	7,04	1,05	8,52	414	5,56	0,00	9,72	3.119
Santa Quitéria	100,00	24,24	86,10	28,57	0,00	1,85	9,38	74,71	778	17,71	5,13	8,53	2.100
Santana do Acaraú	99,07	17,09	97,46	39,64	0,00	9,91	50,85	82,05	693	21,13	6,22	11,99	1.315
Santana do Cariri	91,80	15,24	89,60	30,23	0,00	9,12	22,85	69,83	528	13,31	6,19	27,84	5.483
São Benedito	99,84	25,99	86,18	36,96	0,00	10,35	3,32	71,91	638	16,57	3,36	41,69	5.521
S.Gonçalo do Amarante	93,43	22,14	93,56	21,65	0,00	5,69	56,96	48,06	818	35,17	6,56	13,53	9.068
S.João do Jaguaribe	93,07	31,34	76,47	14,71	0,00	5,69	60,27	99,27	718	39,20	2,67	56,61	3.496
São Luís do Curu	99,75	33,95	92,12	16,82	0,00	15,41	0,53	77,67	645	5,99	1,50	30,87	3.690
Senador Pompeu	94,33	26,45	83,83	28,61	0,00	13,89	22,42	82,31	774	16,99	3,44	36,19	7.008
Senador Sá	88,50	29,20	96,11	47,00	714,30	3,51	31,06	85,50	468	0,51	1,00	16,27	3.433
Sobral	100,00	34,91	88,84	27,68	83,30	5,34	69,24	93,99	1.051	24,30	15,52	1,36	3.379
Solonópole	93,15	25,55	96,89	67,86	421,90	8,22	23,97	97,30	702	5,88	3,20	24,20	4.011
Tabuleiro do Norte	98,70	22,95	86,72	35,48	0,00	4,00	9,84	79,02	841	20,98	4,28	27,34	2.300
Tamboril	96,50	12,71	93,92	17,64	193,40	12,35	13,42	81,64	552	1,16	1,78	16,01	4.819
Tarrafas	99,39	16,07	85,67	24,10	781,30	6,65	2,07	94,82	594	60,00	2,00	43,72	1.811
Tauá	99,15	23,71	90,49	31,13	167,20	11,33	20,54	82,92	721	29,02	5,30	16,31	3.451



(Continuação)

Municípios	Taxa de escolarização no ensino fundamental (2002)	Taxa de escolarização no ensino médio (2002)	Taxa de promoção da 4ª para 5ª série (2002)	Taxa de mortalidade de infantil (2000-2002)	Taxa de mortalidade materna (2001)	Taxa de internação por AVC (2002)	Proporção de domicílio urbano com esgotamento sanitário (2000)	Proporção de domicílio urbanos com abastecimento de água (2000)	Consumo residencial médio de energia elétrica (2002)	Índice de qualidade e do emprego formal (2001)	Tamanho médio dos estabelecimentos (2001) <sup>1</sup>	Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural (2002)	Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural (2001)
Tejuçuoca	99,65	17,31	93,40	14,12	359,70	3,60	0,75	74,71	479	8,44	1,25	23,78	2.087
Tianguá	98,32	18,35	90,26	44,67	141,00	8,36	4,03	84,52	675	16,58	7,06	28,29	6.867
Trairi	97,80	19,92	93,35	17,31	118,50	1,95	9,52	21,17	698	11,21	2,06	16,87	8.549
Tururu	99,76	24,50	91,65	27,51	0,00	6,76	39,52	67,11	612	5,60	2,33	34,53	2.663
Ubajara	100,00	26,82	91,54	33,13	0,00	10,76	11,41	87,76	675	7,95	7,33	43,48	4.636
Umari	91,52	21,82	85,03	27,37	0,00	1,36	43,64	59,51	557	3,76	2,00	28,19	1.950
Umirim	87,10	16,45	81,74	21,69	257,70	6,75	64,68	81,17	552	19,92	8,00	29,78	3.754
Uruburetama	99,34	23,12	93,21	30,60	204,50	8,21	1,72	90,28	680	9,99	38,13	15,27	4.322
Uruoca	99,90	15,90	92,64	33,59	0,00	3,41	37,85	66,23	499	4,68	4,75	5,00	4.732
Varjota	93,26	17,79	94,23	33,30	0,00	7,54	4,57	83,70	696	3,37	0,93	49,48	4.769
Várzea Alegre	94,06	27,51	94,69	33,76	257,70	5,34	11,10	88,03	642	9,94	3,55	24,25	1.445
Viçosa do Ceará	99,89	12,92	95,79	29,95	87,30	6,68	2,80	80,28	602	10,56	1,89	36,22	2.834

Fonte: SEDUC / SESA / IBGE / COELCE / RAIS

<sup>1</sup> Não inclui o setor de serviços.

Tabela A.2 Indicadores do Índice de Desenvolvimento Social – Oferta

Municípios	Nível de formação dos professores do ensino fundamental (2002)	Nível de formação dos professores do ensino médio (2002)	Relação bibliotecas, salas de aulas e laboratórios de informática por escolas (2002)	Relação equipamentos de informática por escolas (2002)	Proporção da população coberta pelo PSF (2002)	Proporção de crianças menores de 2 anos acompanhadas (2002)	Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez (2002)	Taxa de cobertura da esgotamento sanitário urbano (2002)	Taxa de cobertura de abastecimento de água (2002)	Proporção dos produtores com assistência técnica (2002)	Valor médio do crédito rural (2001)	Relação de matrícula no ensino médio por matrícula total (2002)	Profissionais de saúde por mil hab (2002)	Terminais telefônicos por mil hab (2001)	Proporção da malha rodoviária pavimentada pela área do município
<b>Ceará</b>	<b>49,24</b>	<b>88,11</b>	<b>0,27</b>	<b>0,89</b>	<b>52,33</b>	<b>70,98</b>	<b>67,32</b>	<b>32,74</b>	<b>85,80</b>	<b>34,78</b>	<b>6.610,02</b>	<b>11,16</b>	<b>6,80</b>	<b>129,68</b>	<b>0,060</b>
Abaiara	40,48	90,00	0,16	0,40	82,00	96,56	73,24	0,00	31,26	21,74	1.137,76	5,60	9,07	55,09	0,045
Acarape	45,12	25,00	0,60	1,40	78,00	97,55	67,02	71,52	55,55	100,00	2.388,05	3,32	5,85	57,69	0,057
Acaraú	39,23	84,21	0,23	0,81	42,00	89,60	60,75	17,88	39,18	17,66	34.514,13	6,87	6,08	29,09	0,077
Acopiara	42,35	68,75	0,09	0,16	66,00	96,75	73,99	0,00	39,13	14,18	5.129,31	6,19	8,37	34,26	0,056
Aiuaba	26,61	72,41	0,02	0,04	47,00	79,57	55,14	0,00	17,24	26,42	788,62	9,56	7,61	15,48	0,012
Alcântaras	28,07	100,00	0,11	0,78	100,00	86,94	60,76	0,00	25,79	20,92	443,12	8,31	5,54	22,43	0,145
Altaneira	31,25	100,00	0,33	0,75	100,00	84,05	67,50	0,00	59,79	52,26	915,65	7,39	8,00	79,57	0,035
Alto Santo	37,25	66,67	0,09	0,54	0,00	84,38	75,61	0,00	29,69	100,00	10.238,61	7,84	8,12	61,02	0,040
Amontada	62,20	87,72	0,10	0,16	21,00	89,23	76,32	2,41	25,31	48,82	3.257,96	7,73	5,79	12,72	0,019
Antonina do Norte	22,99	100,00	0,20	0,40	100,00	65,92	69,05	0,00	68,67	100,00	0,00	7,10	9,10	33,57	0,150
Apuiarés	64,10	84,62	0,08	0,65	100,00	89,49	74,07	0,00	40,27	72,41	0,00	8,84	8,80	15,77	0,051
Aquiraz	44,62	83,53	0,25	0,52	77,00	83,93	58,25	24,07	29,66	17,58	2.332,14	8,70	5,52	97,04	0,100
Aracati	30,49	80,54	0,16	0,46	77,00	89,93	75,99	1,46	65,43	58,62	7.361,18	14,33	5,46	92,23	0,093
Aracoiaba	40,23	69,09	0,10	0,25	99,00	77,91	61,01	0,00	33,14	12,98	1.122,66	11,31	8,53	45,67	0,035
Ararendá	46,21	100,00	0,22	0,34	68,00	84,02	69,44	0,00	0,00	49,96	1.282,45	7,84	6,50	25,74	0,074
Araripe	23,57	100,00	0,13	0,54	100,00	88,09	73,18	0,00	37,93	35,26	1.317,96	5,13	8,02	42,01	0,024
Aratuba	14,63	73,33	0,24	0,81	100,00	85,21	73,08	40,10	18,27	27,93	1.131,57	10,91	6,20	39,49	0,107
Arneiroz	0,73	41,18	0,09	0,19	91,00	77,85	72,73	0,00	30,95	19,35	783,03	8,12	9,77	22,77	0,029
Assaré	16,20	95,45	0,19	0,40	49,00	80,39	80,00	0,00	39,74	56,88	445,71	5,21	6,67	44,63	0,105
Aurora	36,46	89,66	0,23	1,03	40,00	91,39	73,40	0,00	31,49	17,22	1.660,47	6,87	11,52	37,75	0,013
Baixio	11,29	63,64	0,19	0,48	60,00	100,00	72,22	0,00	45,33	60,60	645,96	11,42	11,93	34,49	0,057
Banabuiú	76,67	81,82	0,13	0,71	63,00	58,74	37,08	0,00	41,91	26,04	2.019,33	8,24	5,38	19,42	0,045
Barbalha	47,83	55,77	0,18	0,46	100,00	81,97	80,75	46,58	65,17	18,68	1.086,78	10,19	13,49	74,14	0,113
Barreira	83,16	88,57	0,24	0,44	100,00	88,80	67,20	0,00	30,45	86,73	1.453,64	10,65	7,71	30,00	0,067
Barro	33,60	95,24	0,09	0,60	69,00	83,36	68,22	0,00	41,31	28,92	1.237,63	8,37	6,51	43,64	0,066

Municípios	Nível de formação dos professores do ensino fundamental (2002)	Nível de formação dos professores do ensino médio (2002)	Relação bibliotecas, salas de aulas e laboratórios de informática por escolas (2002)	Relação equipamentos de informática por escolas (2002)	Proporção da população coberta pelo PSF (2002)	Proporção de crianças menores de 2 anos acompanhadas (2002)	Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez (2002)	Taxa de cobertura esgotamento sanitário urbano (2002)	Taxa de cobertura de abastecimento de água (2002)	Proporção da produtividade assistencial técnica (2002)	Valor médio do crédito rural (2001)	Relação de matrícula no ensino médio por matrícula total (2002)	Profissionais de saúde por mil hab (2002)	Terminais telefônicos por mil hab (2001)	Proporção da malha rodoviária pavimentada pela área do município
Barroquinha	36,25	78,57	0,41	0,35	74,00	67,29	31,31	0,00	33,46	26,44	7.401,08	4,83	4,46	7,87	0,028
Baturité	13,10	71,11	0,19	0,53	69,00	79,01	58,21	5,17	66,11	13,97	2.065,39	9,15	5,85	77,28	0,076
Beberibe	44,19	77,27	0,20	0,47	80,00	90,33	70,29	33,42	29,31	42,44	1.499,20	9,42	6,14	87,24	0,078
Bela Cruz	21,36	90,24	0,26	0,91	36,00	80,32	69,64	0,00	42,71	34,51	6.666,30	8,22	5,41	32,86	0,088
Boa Viagem	28,21	88,14	0,09	0,18	27,00	93,57	57,94	0,00	42,75	24,37	14.406,40	6,62	7,26	33,21	0,038
Brejo Santo	47,09	88,03	0,17	0,46	89,00	72,29	88,16	89,53	60,52	10,84	969,96	10,44	8,00	79,37	0,054
Camocim	51,93	92,31	0,16	0,57	18,00	76,51	46,13	41,17	74,65	25,21	1.538,91	8,77	4,75	53,05	0,039
Campos Sales	22,03	86,84	0,11	0,22	67,00	67,11	59,18	0,00	53,67	45,77	518,66	8,04	9,91	54,47	0,059
Canindé	23,37	69,89	0,06	0,19	73,00	81,36	51,20	19,88	55,67	22,03	875,37	7,99	5,55	65,86	0,040
Capistrano	42,86	41,18	0,71	1,42	87,00	84,64	83,33	0,00	29,69	29,58	832,24	10,95	8,12	25,44	0,070
Caridade	40,00	100,00	0,05	0,13	86,00	86,42	49,61	0,00	29,35	88,12	1.715,71	7,98	7,13	23,20	0,050
Cariré	43,60	96,00	0,16	0,56	55,00	83,25	62,61	0,00	29,03	52,00	689,83	7,40	7,23	31,50	0,052
Caririaçu	15,41	93,75	0,06	0,38	100,00	81,39	76,25	0,00	40,25	32,30	382,62	6,89	6,71	18,92	0,028
Cariús	36,46	83,33	0,12	0,33	74,00	83,81	77,70	0,00	26,53	24,45	420,91	6,67	8,05	13,64	0,024
Carnaubal	68,80	100,00	0,67	0,56	100,00	97,99	81,43	0,00	53,72	42,84	668,46	6,88	6,36	22,63	0,030
Cascavel	50,09	88,39	0,25	0,39	89,00	76,53	69,21	0,00	60,49	16,57	681.161,82	12,37	6,64	86,87	0,109
Catarina	3,39	75,00	0,13	0,48	0,00	60,04	76,32	0,00	41,84	10,20	2.585,87	9,34	3,56	36,81	0,036
Catunda	60,83	92,86	0,30	0,37	37,00	100,00	31,25	0,00	40,34	89,82	881,49	8,86	8,54	31,39	0,071
Caucaia	40,47	84,92	0,54	1,28	60,00	62,99	62,00	19,19	40,39	60,58	1.678,48	9,03	4,46	43,49	0,162
Cedro	40,34	83,33	0,37	1,93	86,00	98,17	75,41	0,00	46,64	43,46	2.818,31	10,57	8,77	46,03	0,066
Chaval	58,76	85,71	0,14	0,41	84,00	78,82	52,38	0,00	39,86	22,59	2.322,86	7,45	6,72	21,59	0,047
Choró	7,20	83,33	0,09	0,12	85,00	82,68	70,59	0,00	19,44	39,96	901,40	5,47	10,77	8,89	0,040
Chorozinho	67,11	78,57	0,39	0,29	90,00	73,35	52,68	0,00	30,25	31,15	1.717,02	7,92	6,24	38,96	0,072
Coreaú	45,99	70,45	0,18	1,11	100,00	95,22	66,67	0,00	40,44	100,00	500,00	9,26	6,73	38,81	0,065
Crato	26,02	88,48	0,29	0,93	29,00	87,38	77,08	25,78	59,26	50,85	2.532,70	11,83	8,91	104,75	0,052
Crato	58,04	87,90	0,60	1,76	62,00	67,33	62,70	6,37	72,87	28,73	2.614,13	11,15	10,12	151,62	0,138
Croatá	26,45	89,47	0,07	0,98	100,00	79,88	67,65	0,00	25,66	34,93	3.469,83	9,94	6,50	19,98	0,036
Cruz	9,05	80,77	0,38	0,33	84,00	82,42	65,90	0,00	29,01	39,75	500,00	6,62	5,34	41,24	0,090

(Continuação)

Municípios	Nível de formação dos professores do ensino fundamental (2002)	Nível de formação dos professores do ensino médio (2002)	Relação bibliotecas, salas de aulas e laboratórios de informática por escolas (2002)	Relação equipamentos de informática por escolas (2002)	Proporção da população coberta pelo PSF (2002)	Proporção de crianças menores de 2 anos acompanhadas (2002)	Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez (2002)	Taxa de cobertura do esgotamento sanitário urbano (2002)	Taxa de cobertura de abastecimento de água (2002)	Proporção dos produtores com assistência técnica (2002)	Valor médio do crédito rural (2001)	Relação de matrícula no ensino médio por matrícula total (2002)	Profissionais de saúde por mil hab (2002)	Terminais telefônicos por mil hab (2001)	Proporção da malha rodoviária pavimentada pela área do município
Dep. Irapuan Pinheiro	22,11	93,75	0,07	0,00	82,00	99,02	85,48	0,00	27,38	18,31	611,83	9,09	6,85	17,87	0,039
Ererê	56,79	100,00	0,18	0,73	55,00	83,33	55,26	0,00	39,22	31,65	500,00	6,74	12,44	24,63	0,135
Eusébio	81,79	100,00	0,66	2,13	94,00	67,26	52,57	0,00	66,23	0,00	53.650,97	9,10	9,13	122,47	0,122
Farias Brito	71,31	91,89	0,62	0,67	100,00	99,63	72,44	0,00	27,90	19,39	1.611,55	9,32	5,99	24,02	0,061
Forquilha	42,46	100,00	0,30	0,83	97,00	89,23	65,77	0,00	69,34	43,83	34.800,00	6,47	4,96	40,25	0,107
Fortaleza	74,14	91,69	1,68	9,57	14,00	39,70	59,13	59,78	96,19	0,00	1.051.377,01	17,47	6,83	293,60	0,681
Fortim	76,98	83,33	0,53	0,63	84,00	100,00	61,34	0,00	29,02	5,72	5.654,12	7,66	6,52	49,13	0,080
Frecheirinha	44,52	81,25	0,23	0,80	86,00	80,55	46,46	0,00	46,62	37,18	492,67	7,98	4,88	39,88	0,162
General Sampaio	22,95	100,00	0,31	0,22	100,00	100,00	60,42	0,00	53,95	56,53	500,00	4,67	14,21	62,98	0,035
Graça	10,86	90,48	0,06	0,13	93,00	83,45	71,90	0,00	32,56	11,90	460,53	3,75	4,63	10,02	0,025
Granja	31,39	76,92	0,12	0,26	21,00	46,77	30,13	0,00	26,86	12,44	1.550,71	3,32	2,50	13,30	0,037
Granjeiro	39,73	80,00	0,06	0,72	100,00	78,97	80,77	0,00	24,71	100,00	601,29	10,79	11,27	49,18	0,103
Groáiras	44,66	86,96	0,26	0,89	100,00	91,59	70,97	0,00	60,59	59,33	421,05	9,33	7,66	69,86	0,042
Guaiúba	57,45	100,00	0,22	0,72	100,00	89,58	60,13	30,34	64,19	32,23	16.440,87	8,40	6,68	53,14	0,098
Guaraciabado Norte	35,07	94,87	0,13	0,32	87,00	73,27	76,25	0,00	36,79	32,25	1.224,03	4,45	8,19	35,09	0,091
Guaramiranga	5,45	88,89	0,26	0,84	100,00	85,96	68,09	31,03	19,29	12,88	4.203,63	9,47	14,82	68,81	0,185
Hidrolândia	53,31	88,46	0,13	0,35	0,00	77,84	93,46	0,00	44,47	1,97	6.367,78	7,29	8,79	20,57	0,030
Horizonte	44,99	69,81	0,56	0,78	87,00	83,96	77,93	0,95	65,84	82,23	34.752,00	10,31	5,94	69,93	0,173
Ibaretama	10,45	100,00	0,13	0,00	54,00	79,18	74,23	0,00	10,01	53,29	1.950,39	5,66	8,96	17,16	0,051
Ibiapina	54,55	96,67	0,27	0,34	77,00	86,17	68,89	0,00	37,44	46,67	2.048,21	5,25	6,86	28,62	0,047
Ibicuitinga	25,00	100,00	0,25	0,10	100,00	100,00	86,30	0,00	55,23	59,14	1.017,50	8,12	8,95	29,98	0,055
Icapuí	63,71	85,00	0,22	1,00	100,00	96,78	83,59	0,00	26,88	13,23	1.889,36	8,46	8,09	62,38	0,123
Icó	6,78	80,00	0,41	0,43	49,00	85,39	71,02	40,25	40,82	40,54	1.978,77	6,77	7,05	55,91	0,054
Iguatu	39,04	80,70	0,57	2,94	71,00	96,48	79,54	13,07	67,66	17,45	3.925,90	13,53	8,16	136,40	0,130
Independência	20,78	74,29	0,04	0,32	41,00	87,84	58,76	0,00	37,71	50,58	2.580,90	7,54	8,19	32,86	0,019
Ipaporanga	7,97	68,75	0,12	0,38	92,00	80,26	40,91	0,00	29,68	32,26	0,00	6,57	7,77	14,95	0,039
Ipauimir	18,26	100,00	0,11	0,27	90,00	100,00	52,08	0,00	38,08	55,03	720,32	8,84	10,53	43,59	0,151
Ipu	46,27	89,87	0,16	0,70	44,00	78,77	70,27	0,00	50,91	45,08	832,73	9,10	7,46	35,85	0,084

(Continuação)

Municípios	Nível de formação dos professores do ensino fundamental (2002)	Nível de formação dos professores do ensino médio (2002)	Relação bibliotecas, salas de aulas e laboratórios de informática por escolas (2002)	Relação equipamentos de informática por escolas (2002)	Proporção da população coberta pelo PSF (2002)	Proporção de crianças menores de 2 anos acompanhadas (2002)	Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez (2002)	Taxa de cobertura do esgotamento sanitário urbano (2002)	Taxa de cobertura de abastecimento de água (2002)	Proporção dos produtores com assistência técnica (2002)	Valor médio do crédito rural (2001)	Relação de matrícula no ensino médio por matrícula total (2002)	Profissionais de saúde por mil hab (2002)	Terminais telefônicos por mil hab (2001)	Proporção da malha rodoviária pavimentada pela área do município
Ipueiras	58,47	100,00	0,13	0,20	45,00	94,91	75,17	10,18	31,29	20,60	1.084,73	9,01	5,32	16,89	0,031
Iracema	54,20	100,00	0,20	0,63	79,00	100,00	84,38	0,00	62,31	51,79	1.022,25	9,17	7,94	69,80	0,061
Irauçuba	41,63	81,48	0,17	0,25	52,00	80,12	59,44	0,00	40,06	73,50	527,71	6,82	4,29	14,52	0,027
Itaiçaba	30,99	36,36	0,14	0,93	100,00	95,02	82,22	0,00	54,99	89,33	15.650,97	16,40	7,83	69,88	0,071
Itaitinga	65,25	80,00	0,52	1,22	92,00	78,08	78,21	0,00	52,88	100,00	0,00	8,45	5,14	26,36	0,111
Itapajé	47,47	84,62	0,32	0,71	66,00	79,05	78,17	0,00	55,59	11,97	5.773,59	10,57	6,80	50,49	0,091
Itapipoca	63,25	97,06	0,80	3,82	43,00	80,41	44,23	49,17	45,46	21,56	2.222,14	9,22	3,51	68,79	0,103
Itapiúna	9,09	53,85	0,20	0,18	83,00	88,78	71,53	0,00	49,66	50,32	610,75	8,59	6,53	26,04	0,045
Itarema	20,35	83,33	0,57	0,25	67,00	96,40	43,10	0,00	21,87	21,60	4.342,54	5,77	4,18	15,39	0,087
Itatira	17,87	90,48	0,03	0,11	100,00	100,00	52,69	0,00	8,27	28,76	440,73	4,19	6,48	6,18	0,054
Jaguaratama	33,33	75,00	0,06	0,45	95,00	96,11	76,09	0,00	40,99	24,05	889,79	6,99	8,94	42,89	0,031
Jaguaribara	42,34	100,00	0,17	0,65	78,00	89,91	73,77	99,83	39,28	31,58	1.630,82	6,68	11,41	58,32	0,107
Jaguaribe	44,64	86,49	0,20	0,80	49,00	77,02	77,55	0,00	55,05	20,44	1.562,62	10,93	5,39	81,14	0,072
Jaguaruana	61,68	95,56	0,20	0,69	80,00	94,62	72,61	0,00	53,64	53,38	4.516,67	12,03	4,65	34,08	0,030
Jardim	42,21	95,92	0,20	0,38	100,00	81,48	70,59	79,30	26,47	24,65	380,88	11,84	10,32	27,99	0,036
Jati	22,34	100,00	0,03	0,32	47,00	94,78	90,20	0,00	44,58	67,79	1.326,01	12,18	13,61	58,44	0,082
Joca de Jericoacoara	38,68	40,00	0,19	0,19	100,00	79,83	65,74	8,32	43,08	34,86	0,00	7,19	4,48	16,09	0,014
Juazeiro do Norte	59,63	93,10	0,49	2,02	62,00	54,10	61,12	40,06	92,69	100,00	2.762,33	12,11	4,60	134,05	0,147
Jucás	37,12	84,21	0,24	0,32	61,00	91,99	80,51	34,27	34,46	31,74	530,28	8,87	7,45	25,29	0,053
L. da Mangabeira	33,23	84,29	0,46	1,00	44,00	97,79	65,22	0,00	45,17	34,65	1.080,70	10,24	4,98	35,52	0,047
Limoeiro do Norte	38,91	91,51	0,38	2,05	61,00	74,03	80,33	20,53	56,16	57,74	4.415,20	12,33	5,60	98,21	0,112
Madalena	5,71	60,00	0,08	0,06	46,00	92,07	62,41	0,00	31,32	53,38	7.911,18	7,22	9,26	16,97	0,038
Maracanaú	71,02	90,76	0,83	2,87	76,00	85,71	68,57	33,04	75,35	55,66	2.189.454,99	11,94	5,95	135,84	0,173
Maranguape	46,80	68,65	0,32	0,66	73,00	69,73	66,67	6,03	59,42	64,71	11.658,04	11,74	6,88	84,48	0,170
Marco	46,93	76,09	0,17	0,56	85,00	96,76	74,39	0,00	54,46	85,37	114.909,34	5,18	6,29	50,65	0,025
Martinópolis	49,37	87,50	0,38	0,86	100,00	92,63	69,92	0,00	68,53	25,18	3.428,57	3,81	9,72	25,73	0,054
Massapê	49,28	100,00	0,15	0,61	34,00	84,29	67,71	0,00	49,34	14,06	734,02	5,90	4,09	21,09	0,066
Mauriti	56,98	97,30	0,32	0,94	72,00	74,95	73,96	0,00	24,18	25,39	1.626,87	5,60	6,25	30,82	0,044

(Continuação)

Municípios	Nível de formação dos professores do ensino fundamental (2002)	Nível de formação dos professores do ensino médio (2002)	Relação bibliotecas, salas de aulas e laboratórios de informática por escolas (2002)	Relação equipamentos de informática por escolas (2002)	Proporção da população coberta pelo PSF (2002)	Proporção de crianças menores de 2 anos acompanhadas (2002)	Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez (2002)	Taxa de cobertura da esgotamento sanitário urbano (2002)	Taxa de cobertura de abastecimento de água (2002)	Proporção dos produtores com assistência técnica (2002)	Valor médio do crédito rural (2001)	Relação de matrícula no ensino médio por matrícula total (2002)	Profissionais de saúde por mil hab (2002)	Terminais telefônicos por mil hab (2001)	Proporção da malha rodoviária pavimentada pela área do município
Meruoca	26,11	85,19	0,10	0,87	90,00	73,82	75,34	0,00	35,28	19,04	0,00	7,64	5,90	16,56	0,410
Milagres	37,21	94,12	0,15	0,52	63,00	84,92	72,38	0,00	35,95	23,17	2.207,42	5,81	5,48	45,17	0,111
Milhã	32,00	75,00	0,05	0,27	79,00	100,00	70,41	0,00	32,09	64,28	1.680,31	8,16	8,46	39,59	0,026
Miraíma	43,15	100,00	0,09	0,47	30,00	100,00	60,00	0,00	24,84	42,40	500,00	7,07	4,19	12,83	0,033
Missão velha	41,27	96,97	0,21	0,77	100,00	69,99	70,89	0,00	28,36	31,47	749,71	7,66	8,41	38,87	0,070
Mombaça	16,24	68,57	0,06	0,28	8,00	100,00	62,03	0,00	33,41	24,17	4.615,17	5,66	4,92	43,83	0,036
Monsenhor Tabosa	38,21	90,48	0,08	0,39	63,00	100,00	65,15	0,00	43,45	59,81	1.217,06	4,90	7,45	13,47	0,008
Morada Nova	22,58	89,91	0,11	0,34	95,00	81,24	78,06	0,00	51,31	33,18	2.081,73	10,10	6,88	53,91	0,051
Moraújo	79,31	83,33	0,07	0,40	97,00	88,75	63,77	0,00	41,97	58,47	4.368,00	9,44	6,11	23,97	0,043
Morrinhos	58,29	87,50	0,08	0,27	19,00	80,42	53,52	0,00	40,59	67,02	6.914,47	4,73	4,99	22,01	0,069
Mucambo	43,96	100,00	0,24	0,42	74,00	73,50	71,59	0,00	54,34	50,57	404,26	9,62	7,18	15,83	0,113
Mulungu	13,58	100,00	0,08	0,38	100,00	98,21	45,35	9,98	39,54	34,29	1.460,42	9,52	8,88	52,23	0,237
Nova Olinda	29,10	100,00	0,29	0,43	100,00	98,00	67,57	0,00	55,02	31,93	336,69	7,45	9,08	43,03	0,101
Nova Russas	58,66	98,18	0,18	0,82	59,00	98,51	67,78	2,29	73,63	23,25	781,34	9,37	4,88	32,65	0,085
Novo Oriente	29,41	100,00	0,23	0,29	27,00	80,59	77,25	0,00	52,53	45,04	1.321,71	7,15	5,20	23,28	0,013
Ocara	9,76	68,42	0,21	0,42	64,00	90,06	65,96	0,00	29,00	25,46	1.437,91	9,19	6,38	15,10	0,040
Orós	40,85	54,05	0,29	0,33	16,00	100,00	76,66	0,00	55,31	30,06	1.863,82	11,41	6,49	46,92	0,040
Pacajus	46,02	69,14	0,16	0,58	61,00	70,76	65,80	0,00	68,16	19,25	48.574,40	12,23	5,94	80,69	0,103
Pacatuba	59,22	87,36	0,77	2,23	71,00	88,17	65,41	10,13	21,05	14,86	38.269,31	9,05	4,26	33,41	0,189
Pacoti	12,15	83,33	0,22	0,26	94,00	93,03	67,48	60,37	34,91	37,81	3.896,64	9,22	10,72	58,13	0,394
Pacujá	18,27	90,00	0,88	1,06	100,00	90,12	85,71	0,00	56,74	35,15	500,00	7,68	5,53	46,12	0,076
Palhano	9,71	75,00	0,19	1,13	0,00	86,51	80,00	0,00	45,61	100,00	1.050,14	13,41	6,21	51,77	0,177
Palmácia	17,82	100,00	0,38	0,95	100,00	87,44	72,86	22,25	41,80	36,93	1.823,21	11,40	12,89	48,18	0,084
Paracuru	49,33	95,56	0,18	0,35	85,00	78,18	71,43	46,13	43,92	19,81	4.323,75	9,84	6,08	75,12	0,070
Paraipaba	71,94	97,44	0,14	1,00	93,00	88,52	77,11	65,61	38,89	44,08	4.656,25	11,03	6,12	47,47	0,079
Parambu	7,99	70,00	0,02	0,02	10,00	83,06	47,74	0,00	33,00	16,77	612,45	5,34	5,58	18,10	0,026
Paramoti	17,54	90,91	0,66	0,26	100,00	97,14	65,22	0,00	44,18	85,60	74.200,00	4,36	5,86	39,53	0,010
Pedra Branca	23,48	70,77	0,10	0,38	76,00	87,84	71,15	0,00	41,07	18,19	24.030,72	5,16	5,49	33,28	0,061

(Continuação)

Municípios	Nível de formação dos professores do ensino fundamental (2002)	Nível de formação dos professores do ensino médio (2002)	Relação bibliotecas, salas de aulas e laboratórios de informática por escolas (2002)	Relação equipamentos de informática por escolas (2002)	Proporção da população coberta pelo PSF (2002)	Proporção de crianças menores de 2 anos acompanhadas (2002)	Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez (2002)	Taxa de cobertura da esgotamento sanitário urbano (2002)	Taxa de cobertura de abastecimento de água (2002)	Proporção dos produtores com assistência técnica (2002)	Valor médio do crédito rural (2001)	Relação de matrícula no ensino médio por matrícula total (2002)	Profissionais de saúde por mil hab (2002)	Terminais telefônicos por mil hab (2001)	Proporção da malha rodoviária pavimentada pela área do município
Penaforte	57,41	100,00	0,55	1,30	100,00	77,05	60,98	0,00	61,87	19,85	483,29	13,90	9,66	80,14	0,087
Pentecoste	51,71	89,47	0,21	0,70	74,00	84,01	59,55	0,00	52,17	66,36	2.395,60	10,95	6,09	38,63	0,021
Pereiro	30,05	85,71	0,20	0,55	68,00	84,46	63,70	0,00	33,05	28,26	807,06	8,48	7,51	23,53	0,075
Pindoretama	40,70	100,00	0,89	0,50	100,00	94,28	85,07	0,00	47,95	39,46	0,00	10,82	9,24	53,55	0,525
Piquet Carneiro	17,83	57,14	0,11	0,47	100,00	100,00	76,53	0,00	35,96	34,76	2.226,67	5,62	13,48	40,94	0,046
Pires Ferreira	44,95	94,12	0,17	0,28	81,00	100,00	84,27	0,00	14,58	70,99	405,22	6,83	6,14	15,20	0,099
Poranga	25,87	90,91	0,08	0,20	75,00	78,92	53,76	0,00	54,00	51,84	481,14	4,82	6,48	41,10	0,158
Porteiras	51,71	100,00	0,20	0,47	29,00	85,74	80,17	0,00	29,18	12,19	1.129,81	5,72	5,19	30,15	0,042
Potengi	11,49	72,73	0,21	0,52	66,00	86,48	70,59	0,00	48,82	24,82	1.234,94	3,84	7,38	57,00	0,075
Potiretama	7,94	85,71	0,05	0,38	60,00	91,39	72,34	0,00	39,33	42,83	7.050,00	8,46	10,40	23,76	0,032
Quiterianópolis	4,03	57,89	0,06	0,16	0,00	96,97	68,25	0,00	29,62	26,96	1.058,44	6,63	10,96	23,15	0,022
Quixadá	39,67	89,26	0,43	0,93	83,00	75,60	65,97	8,53	57,51	24,53	2.048,31	11,12	8,64	105,49	0,089
Quixelô	1,73	42,86	0,18	0,93	100,00	100,00	73,81	50,29	20,93	32,74	780,36	7,92	8,34	19,91	0,040
Quixeramobim	35,80	85,71	0,17	0,31	94,00	91,91	78,17	3,85	50,41	46,46	1.173,34	8,45	8,74	61,84	0,019
Quixeré	10,56	85,71	0,18	0,86	100,00	97,11	86,96	0,00	25,56	81,10	967,39	10,20	7,14	26,83	0,067
Redenção	25,10	88,00	0,46	0,70	68,00	73,62	78,67	6,28	39,34	48,10	464,40	12,89	11,23	70,70	0,149
Reriutaba	63,93	76,09	0,10	0,72	80,00	60,38	70,92	0,00	37,72	43,23	3.740,94	9,04	4,90	30,15	0,063
Russas	32,90	82,29	0,26	0,81	88,00	91,79	81,03	35,93	62,79	66,98	2.110,93	11,48	5,30	80,17	0,027
Saboeiro	27,87	100,00	0,09	0,28	100,00	100,00	66,14	1,87	32,22	25,26	1.581,86	6,45	6,04	15,33	0,101
Salitre	5,00	0,00	0,02	0,05	98,00	96,47	64,24	0,00	0,00	16,71	1.357,55	0,00	6,48	10,96	0,031
Santa Quitéria	36,92	89,00	0,11	0,36	75,00	97,83	65,09	0,00	39,38	13,35	4.624,77	8,96	4,35	33,83	0,008
Santana do Acaraú	53,80	84,62	0,07	0,19	100,00	87,58	81,99	0,00	37,36	9,26	542,23	5,92	3,52	42,24	0,036
Santana do Cariri	33,55	100,00	0,23	0,37	100,00	84,54	62,09	0,00	33,74	52,53	1.234,02	6,09	15,63	12,50	0,210
São Benedito	57,20	95,31	0,12	0,50	77,00	81,77	74,93	0,00	51,00	45,75	5.259,82	6,52	6,01	50,65	0,185
S.Gonçalo do Amarante	77,90	97,87	0,21	0,67	76,00	88,10	65,31	11,73	34,83	13,07	4.331,98	8,72	7,61	65,44	0,058
S.João do Jaguaribe	30,77	75,00	0,53	0,47	79,00	79,27	71,05	39,66	35,87	56,91	5.466,63	13,90	5,81	59,55	0,079
São Luís do Curu	51,56	91,67	0,27	0,77	100,00	94,65	74,16	0,00	61,90	43,33	4.044,63	9,97	9,93	36,17	0,057

(Continuação)

Municípios	Nível de formação dos professores do ensino fundamental (2002)	Nível de formação dos professores do ensino médio (2002)	Relação bibliotecas, salas de aulas e laboratórios de informática por escolas (2002)	Relação equipamentos de informática por escolas (2002)	Proporção da população coberta pelo PSF (2002)	Proporção de crianças menores de 2 anos acompanhadas (2002)	Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez (2002)	Taxa de cobertura do esgotamento sanitário urbano (2002)	Taxa de cobertura de abastecimento de água (2002)	Proporção dos produtores com assistência técnica (2002)	Valor médio do crédito rural (2001)	Relação de matrícula no ensino médio por matrícula total (2002)	Profissionais de saúde por mil hab (2002)	Terminais telefônicos por mil hab (2001)	Proporção da malha rodoviária pavimentada pela área do município
Senador Pompeu	13,04	47,06	0,20	1,05	76,00	81,94	77,99	0,00	47,51	99,57	724,90	9,73	9,32	64,79	0,044
Senador Sá	37,33	77,78	0,20	0,65	0,00	100,00	68,33	0,00	43,61	10,18	0,00	10,53	9,49	23,67	0,037
Sobral	80,63	92,18	0,82	4,87	81,00	80,29	76,21	34,60	87,57	12,65	11.099,83	11,85	11,82	125,51	0,114
Solonópole	15,38	80,00	0,07	0,69	61,00	94,68	80,62	0,00	47,08	70,15	1.514,99	7,91	8,04	29,35	0,074
Tabuleiro do Norte	40,59	91,18	0,14	0,84	76,00	77,89	78,53	14,00	51,10	57,85	4.470,25	9,50	6,14	72,71	0,032
Tamboril	20,89	90,32	0,14	0,28	67,00	89,97	69,27	0,00	37,61	54,13	4.257,33	4,99	5,09	7,55	0,038
Tarrafas	13,13	100,00	0,09	0,09	38,00	84,70	64,06	0,00	22,69	53,09	520,27	6,14	5,21	25,13	0,000
Tauá	19,93	76,71	0,12	0,36	27,00	97,68	63,57	3,00	48,42	46,92	1.597,57	6,64	6,74	63,64	0,071
Tejuçuoca	44,32	100,00	0,18	0,41	100,00	74,89	70,00	0,00	23,83	32,84	2.653,08	7,21	10,81	13,61	0,017
Tianguá	46,10	71,74	0,20	0,54	58,00	84,37	73,02	0,00	65,66	33,05	3.336,44	5,48	4,67	66,20	0,086
Trairi	29,10	98,18	0,12	0,68	98,00	79,06	65,84	16,53	11,75	44,62	2.137,84	7,99	6,27	16,64	0,097
Tururu	27,97	100,00	0,86	1,29	89,00	100,00	87,61	0,00	45,54	69,02	5.864,98	7,63	8,12	28,14	0,045
Ubajara	30,53	82,35	0,16	0,49	75,00	97,89	76,31	0,00	36,79	43,07	5.741,86	8,03	6,53	44,19	0,097
Umari	14,74	100,00	0,19	0,63	82,00	100,00	68,49	0,00	40,41	58,77	641,72	10,70	12,81	35,66	0,100
Umirim	45,74	92,31	0,13	0,17	0,00	74,65	62,77	0,00	53,35	16,01	2.345,84	6,74	5,40	35,52	0,108
Uruburetama	55,50	100,00	0,86	1,26	98,00	100,00	60,13	0,00	67,07	24,24	4.561,63	7,83	6,68	44,40	0,107
Uruoca	34,11	72,73	0,82	0,73	59,00	85,47	64,60	0,00	29,29	18,80	2.996,67	4,13	7,92	21,39	0,050
Varjota	33,96	96,30	0,28	0,21	61,00	82,26	70,49	0,00	74,38	96,07	4.965,84	7,43	3,94	32,36	0,180
Várzea Alegre	46,17	87,84	0,13	0,23	69,00	97,33	69,55	0,00	52,67	67,67	537,04	11,31	6,07	59,61	0,108
Viçosa do Ceará	31,36	80,56	0,19	0,25	30,00	95,09	75,49	0,00	28,20	27,17	1.081,09	3,96	5,80	24,38	0,021

Fonte: SEDUC / SESA / SEINFRA / EMATERCE / BACEM / TELEMAR / DERT